



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

CARLOS BRUNO CASTRO VIEIRA

**ENTRE OS NÓS DO DISCURSO E OS MODOS DE ENUNCIAR O
BRASILEIRO TRABALHADOR NO *NOVO AVENIDA BRASIL 1***

São Luís
2026

CARLOS BRUNO CASTRO VIEIRA

**ENTRE OS NÓS DO DISCURSO E OS MODOS DE ENUNCIAR O
BRASILEIRO TRABALHADOR NO *NOVO AVENIDA BRASIL 1***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Maranhão como requisito para obtenção do título de Mestre em Letras.

Orientador(a): Profa. Dra. Ilza do Socorro Galvão Cutrim

São Luís

2026

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Vieira, Carlos Bruno Castro.

ENTRE OS NÓS DO DISCURSO E OS MODOS DE ENUNCIAR O
BRASILEIRO TRABALHADOR NO NOVO AVENIDA BRASIL 1 / Carlos
Bruno Castro Vieira. - 2026.

85 p.

Orientador(a): Ilza do Socorro Galvão Cutrim.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em
Letras/cch, Universidade Federal do Maranhão, São Luís,
2026.

1. Análise de Discurso. 2. Foucault. 3. Livro
Didático. 4. Sujeito Brasileiro Trabalhador. I. Cutrim,
Ilza do Socorro Galvão. II. Título.

CARLOS BRUNO CASTRO VIEIRA

**ENTRE OS NÓS DO DISCURSO E OS MODOS DE ENUNCIAR O
BRASILEIRO TRABALHADOR NO *NOVO AVENIDA BRASIL 1***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Maranhão como requisito para obtenção do título de Mestre em Letras.

Aprovada em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Ilza do Socorro Galvão Cutrim (Orientadora)
Doutora em Linguística
Universidade Federal do Maranhão

Profa. Dra. Monica da Silva Cruz (Membro Interno)
Doutora em Linguística e Língua Portuguesa
Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Lucas Rodrigues Lopes (Membro Externo)
Doutor em Linguística Aplicada
Universidade Federal do Pará

Dedico esta dissertação à Iracema, que foi meu pilar inabalável de força e apoio ao longo de toda a minha trajetória acadêmica.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de expressar minha mais sincera, profunda e emocionada gratidão a todas as pessoas que, de alguma forma, contribuíram para a concretização desta dissertação. Esta conquista representa não apenas o fechamento de um ciclo acadêmico, mas também a realização de um sonho construído com muito esforço, dedicação e, sobretudo, com o apoio inestimável daqueles que caminharam ao meu lado ao longo dessa jornada.

Em primeiro lugar, meu agradecimento mais especial vai para a minha melhor amiga e companheira de vida, Kathianne. Nada do que escrevo aqui seria suficiente para traduzir a importância da sua presença durante todo esse percurso. Seu amor sereno, sua paciência infinita e sua capacidade de me apoiar nos momentos mais desafiadores foram o alicerce sobre o qual construí não apenas esta dissertação, mas também minha força para seguir em frente. Obrigado por segurar minha mão nos dias escuros, por celebrar comigo cada pequena vitória e por nunca deixar que eu esquecesse do meu propósito. Esta conquista é, também, sua.

À minha mãe, Iracema, dedico um agradecimento cheio de amor e reverência. Mulher de coragem, de fé inabalável e de um coração imenso, você sempre foi meu exemplo maior. Sua luta diária, seu otimismo contagiante e seu apoio incondicional me acompanharam em todos os momentos. Mesmo nas horas em que a exaustão parecia maior que a vontade, era a lembrança da sua força que me impulsionava. Obrigado por cada palavra de incentivo, cada gesto de carinho e por nunca deixar de acreditar em mim.

À minha irmã Yasmim, minha eterna companheira de vida, agradeço por sua presença constante, por sua leveza e por me acolher sempre com carinho. Sua doçura e seu apoio silencioso me fortaleceram mais do que posso expressar.

Com carinho e saudade, presto aqui uma homenagem especial à minha tia Odete, que infelizmente já não está entre nós. Sua memória permanece viva em meu coração, e seu amor, seus conselhos e sua sabedoria continuam a me inspirar. Esta conquista, de certa forma, é também uma homenagem à sua presença em minha vida, que tanto significou para mim. Que sua luz continue a me guiar, onde quer que esteja.

Agradeço de coração à minha tia Janne, sempre atenta, generosa e presente, e às minhas queridas primas Luciana, Lucimeire, Elisiane e Lidiane. Cada uma de vocês, com seu carinho, suas palavras de incentivo e sua maneira única de demonstrar afeto, contribuiu para que eu mantivesse o equilíbrio emocional e a

motivação necessária ao longo deste processo. O amor da nossa família é um laço precioso que carrego com muito orgulho.

Um agradecimento especial vai para Jhon, marido da minha irmã Yasmim, que se tornou um verdadeiro pilar para nossa família durante essa jornada. Enquanto eu estava imerso no mestrado e na dissertação, Jhon cuidou de Yasmim e de todos nós com dedicação e amor. Sua generosidade e apoio foram fundamentais para que eu pudesse focar no meu trabalho com tranquilidade, sabendo que minha família estava sendo bem cuidada. Obrigado, Jhon, por sua paciência, compreensão e por estar sempre presente.

Não poderia deixar de mencionar, com especial gratidão, o meu melhor amigo Weverson. Sua amizade firme, verdadeira e acolhedora foi um pilar importante para mim. Em meio às incertezas, você esteve presente com palavras de apoio, escuta atenta e um companheirismo raro. Obrigado por estar ao meu lado em todos os momentos, celebrando conquistas e enfrentando desafios juntos.

Aos meus amigos Rafael, Talliandra e Maycon, sou imensamente grato por cada conversa, cada troca de ideias e cada momento de descontração que suavizaram os dias mais difíceis. Foi, sem dúvida, por causa das conversas enriquecedoras e dos debates animados com vocês que tomei a decisão de me aventurar neste mestrado. As discussões sobre as possibilidades de crescimento acadêmico e profissional, os desafios do mundo acadêmico e a troca constante de perspectivas me deram a coragem e a motivação necessária para dar esse passo. Obrigado por sempre acreditarem em mim, por me incentivarem a seguir esse caminho e por serem, a cada momento, um suporte fundamental para que eu não desistisse de seguir em frente.

Registro ainda minha profunda gratidão à professora Ilza Galvão Cutrim, minha orientadora, que com sua experiência, sensibilidade e dedicação foi fundamental para a realização deste trabalho. Suas orientações criteriosas, sua paciência e sua generosidade intelectual ajudaram a conferir clareza e profundidade a esta dissertação. Obrigado por acreditar no meu potencial e por caminhar comigo com tanta dedicação.

Gostaria também de expressar minha sincera gratidão à Profa. Dra. Mônica da Silva Cruz e ao Prof. Dr. Lucas Rodrigues Lopes, pelas valiosas contribuições durante a qualificação e por terem aceitado participar da banca examinadora.

Finalizo estes agradecimentos com o coração pleno de gratidão. Nenhuma conquista é solitária, e esta dissertação é um testemunho vivo das conexões humanas que me sustentaram, incentivaram e inspiraram. A todos vocês, meu mais sincero e profundo obrigado. Este trabalho é, também, de cada um.

“O que constitui o interesse principal da vida e do trabalho é que eles lhe permitem tornar-se diferente do que você era no início. Se, ao começar a escrever um livro, você soubesse o que irá dizer no final, acredita que teria coragem de escrevê-lo?”

(Foucault. *Ética, sexualidade, política*. 2004 p. 294).

RESUMO

Esta pesquisa investiga os modos de enunciação do sujeito brasileiro trabalhador presentes no livro didático *Novo Avenida Brasil 1* (2008), material destinado ao ensino de português para estrangeiros. A escolha desse livro didático justifica-se pelo contexto político e econômico do Brasil nos anos 2000-2010, período em que o governo buscava projetar uma imagem específica do país e de sua identidade no cenário internacional (Moreira, 2018). O objetivo principal desse trabalho é analisar o modo como esse sujeito é enunciado (Foucault, 2008a), e os dispositivos de poder que permeiam sua possibilidade de emergir. A fundamentação teórica baseia-se na arqueogenealogia de Michel Foucault, articulando a arqueologia – para verificar as condições de emergência desse sujeito – e a genealogia – para rastrear as relações de poder que sustentam sua constituição e permanência. Quanto ao procedimento metodológico, recortamos um *corpus* composto por 11 enunciados que compõem o *Novo Avenida Brasil 1*, presentes, respectivamente, na lição 1, no caderno de exercícios, na lição 6, lição 5, lição 6, os quais formam três séries enunciativas (Foucault, 2008a) representativas da constituição discursiva do sujeito brasileiro trabalhador. Essas séries constroem um arquivo dividido em três eixos: o sujeito brasileiro trabalhador de renda alta, o de renda baixa e os trabalhadores silenciados. Os resultados evidenciam que o sujeito brasileiro é enunciado acima de tudo como trabalhador jovem, capacitado, privilegiado e branco, refletindo e reforçando estratégias discursivas alinhadas ao projeto político brasileiro daquele momento histórico.

Palavras-chave: Análise de Discurso. Foucault. Livro didático. Sujeito brasileiro trabalhador.

ABSTRACT

This research investigates the modes of enunciation of the Brazilian working subject present in the textbook *Novo Avenida Brasil 1* (2008), a material intended for teaching Portuguese to foreigners. The choice of this textbook is justified by the political and economic context of Brazil in the years 2000-2010, a period in which the government sought to project a specific image of the country and its identity on the international stage (Moreira, 2018). The main objective of this work is to analyze how this subject is enunciated (Foucault, 2008a), and the power mechanisms that permeate its possibility of emergence. The theoretical foundation is based on Michel Foucault's archeogenealogy, articulating archaeology – to unveil the conditions of emergence of this subject – and genealogy – to trace the power relations that sustain its constitution and permanence. From a methodological point of view, we selected a corpus composed of 11 statements that make up the *New Avenida Brasil 1*, present, respectively, in lesson 1, in the exercise book, in lesson 6, lesson 5, and lesson 6, which form three enunciative series (Foucault, 2008a) representative of the discursive constitution of the Brazilian working subject. These series construct an archive divided into three axes: the high-income Brazilian working subject, the low-income Brazilian working subject, and the silenced workers. The results show that the Brazilian subject is enunciated above all as a young, skilled, privileged, and white worker, reflecting and reinforcing discursive strategies aligned with the Brazilian political project of that historical moment.

Keywords: Discourse Analysis. Foucault. Textbook. Brazilian working subject.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1.....	49
Figura 2.....	53
Figura 3.....	56
Figura 4.....	60
Figura 5.....	63

SUMÁRIO

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS	13
2. ESTUDOS DISCURSIVOS FOUCAULTIANOS: A ARQUEOGENEALOGIA ...	20
2.1 A análise arqueológica	22
2.1.1 Objetivação, subjetividade e sujeito.....	29
2.2 A análise genealógica.....	32
3. OS “BRASIS” E OS SEUS BRASILEIROS	38
3.1 Sérgio Buarque de Holanda: sociologia, história e psicologia social na construção do brasileiro	38
3.2 Darcy Ribeiro: o brasileiro sob um viés antropológico	40
4. O SUJEITO BRASILEIRO NO LIVRO DE PORTUGUÊS PARA ESTRANGEIROS NOVO AVENIDA BRASIL 1	44
4.1 Modos de enunciar os trabalhadores brasileiros no Novo Avenida Brasil	48
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	78
REFERÊNCIAS	81

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Esta pesquisa surgiu das minhas experiências como professor de Português para Estrangeiros (PPE) em atuação freelance. Durante esse período, tive contato com uma variedade de materiais didáticos para planejar minhas aulas. Ao utilizá-los e analisá-los, percebi que muitos livros didáticos voltados para essa modalidade de ensino eram obras já antigas, publicadas entre os anos 1990 e 2010, e que, em minha avaliação, não retratavam o Brasil que vivenciei em minha infância ou que observo na atualidade. Essa discrepância entre a imagem do Brasil e de sua população apresentada nesses materiais e a realidade contemporânea despertou meu interesse em investigar como o povo brasileiro, mais especificamente a população trabalhadora, é enunciado no livro didático de português para estrangeiro publicado durante a primeira década do sec. XXI. Assim, para começarmos a compreender a constituição desse sujeito, precisamos primeiramente entender o contexto econômico, social e político em que ele emerge.

O início do século XXI trouxe consigo muitas mudanças que afetaram positivamente o desenvolvimento socioeconômico do Brasil, principalmente durante as primeiras gestões do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011). Esse desenvolvimento ocorreu em grande parte devido as novas políticas adotadas em relação a parcerias internacionais com outros países ou organizações internacionais. Segundo o Ministério das Relações Exteriores (MRE), a América do Sul seria o “eixo prioritário”, a África ocidental uma “antiga fronteira esquecida”, com a qual os vínculos foram reatados, e a Ásia um “espaço essencial para a participação do Brasil no mercado global” (Ministério das Relações Exteriores, 2011 *apud* Garcia, 2012, p. 135).

O governo brasileiro se posicionou internacionalmente como um parceiro amigável e generoso com as nações vizinhas mais debilitadas socioeconomicamente, além de se alinhar com outros países emergentes, como China, Rússia e Índia. Além disso, o governo passou a participar mais ativamente de instâncias internacionais como a Organização das Nações Unidas (ONU), a Organização Mundial do Comércio (OMC) e, nos anos finais do segundo governo petista, o Grupo dos 20 (G20), no

mesmo nível dos países desenvolvidos. Essa maior integração entre os países da América do Sul em conjunto com as novas políticas voltadas para outros países do Sul Global abriu mais as portas para intervenções brasileiras no contexto mundial e um polo comercial alternativo às potências tradicionais.

Esse novo modelo de política internacional do governo Lula trouxe consigo: o fortalecimento do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) junto a criação de novas instituições para o bloco; a criação do Banco do Sul, da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL), do grupo de amigos da Venezuela entre outras iniciativas; o aprofundamento das relações com a Rússia, Índia, China e África do Sul, resultando na criação do Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul (IBAS) e da aliança entre Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul que tem como objetivo promover a cooperação econômica e política entre os países membros (BRICS) em 2008; e por fim, também resultou numa maior participação nos fóruns e instâncias de desdobramento de crises financeiras mundiais como o próprio G20; Fórum para coordenação de políticas econômicas entre as maiores economias do mundo, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e a Basileia; comitê que estabelece normas para regular o sistema bancário internacional.

Nesse contexto, com a emergência do Brasil como uma potência econômica no mundo, começou-se a perceber um aumento de interesse de estrangeiros pelo Brasil com o objetivo de residir no país ou iniciar parcerias educacionais, econômicas etc. (Moreira, 2018, p. 174-185). Tal conjuntura se confirma, entre outros fatores, pelo aumento progressivo de inscritos no teste de Proficiência Celp-Bras (Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros), criado e realizado pelo Ministério da Educação (MEC). Segundo textos publicados nos sites do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP)¹ e do MEC², a primeira edição do exame contou com 127 inscritos em 1998, enquanto edições mais recentes chegam a alcançar quase a casa dos 10 mil inscritos. A edição de 2018, por exemplo, contou com cerca de 7.448 inscrições.

¹ CELPE-BRAS - Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros - Ano criação: 1998. Instituto Nacional de estudos e pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2017?. Disponível em: <<http://inep80anos.inep.gov.br/inep80anos/presente/celpe-bras/118>> . Acesso em: 28 de julho de 2023.

² Exame de certificação tem seu resultado divulgado nesta sexta. Ministério da Educação, 2018. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/33471_inep/71801-exame-de-certificacao-tem-seu-resultado-divulgado-nesta-sexta>. Acesso em: 28 de julho de 2023.

Esse cenário, que registra vários acontecimentos, foi crucial para a ascensão da imagem do Brasil e do sujeito brasileiro no mundo durante os dois primeiros governos da gestão Lula. A combinação de uma política externa ativa, o fortalecimento das relações regionais e globais, e o aumento do interesse internacional pelo país contribuíram para consolidar o Brasil como uma nação emergente, influente e acolhedora, com um papel relevante no cenário internacional, composta por sujeitos que também estavam conquistando cada vez mais espaço nas universidades e empresas fora do país, um exemplo disso é o documento intitulado Comunidades Brasileiras no Exterior, publicado pelo Ministério das Relações Exteriores em 2024, que aponta que logo após o primeiro governo Lula (2003 – 2011), entre os anos de 2012 - 2013 foi registrada a maior saída de nacionais em relação a série histórica do Ministério das Relações Exteriores quando 902.487 brasileiros passaram a viver no exterior.

No entanto, apesar do aumento da relevância do Brasil no mundo e, conseqüentemente, da língua portuguesa, isso não se refletiu num maior cuidado acerca das políticas de Ensino de Português como Língua Estrangeira (EPL). Segundo Almeida Filho, até por volta do ano de 2010 não havia em nosso país a

[...] formulação de uma política oficial deliberada e abrangente para a língua portuguesa seja no âmbito interno do país, seja no âmbito externo, para apoiar a oferta de EPL que leve em conta: (1) a formação de novos professores em bases contemporâneas, (2) a formação continuada coordenada dos professores nos postos ao redor do mundo, e (3) o estabelecimento de balizas para novos currículos, programas, materiais e exames de proficiência (Almeida Filho, 2011, p. 16).

Tendo em vista essa problemática, tomamos em nossa pesquisa uma dessas lacunas apresentadas por Almeida Filho, mais especificamente livros didáticos, pois acreditamos que um amplo arcabouço de pesquisas em relação ao EPL pode vir a contribuir com a criação e desenvolvimento de políticas oficiais que visem a ofertar o ensino de língua portuguesa para estrangeiros e livros didáticos de modo mais amplo e com maior qualidade.

Ademais, essa questão urge ainda mais de atenção por não ser algo recente. Pois, tanto o EPL quanto os Livros Didáticos de Português para estrangeiros (LDPE) iniciam a sua história ainda com a imigração europeia no início do século XX. De acordo com Pacheco (2006, p.69), o início da produção de LPDE no Brasil começou com os imigrantes alemães que o utilizava para melhor se comunicarem e mais

rapidamente se adequarem ao novo país. No entanto, muitas dessas obras e de sua história foi perdido:

[...] não somente em função da pressão proibitiva da legislação brasileira, como também pela própria dispersão constitutiva do processo de produção dos MDs [Materiais didáticos], que eram elaborados por professores em escolas geograficamente distantes que não mantinham entre si qualquer tipo de intercâmbio (Pacheco, 2006, p. 69).

O que mais contribuiu para a perda desse material didático, segundo Pacheco (2006), foram as políticas públicas de pressão contra o EPLE. Como resultado dessas políticas, destaca-se a criação de vários Decretos, que na era Vargas, por exemplo, funcionaram como dispositivos políticos e jurídicos cujo propósito era legislar sobre a vida dos imigrantes e de seus descendentes nascidos no Brasil (Pasinatto, 2019).

Segundo Ribeiro (1999, p.25), o período de 1930 a 1945, sob a gestão de Getúlio Vargas, foi caracterizado por um nacionalismo vigoroso que se manifestou tanto na retórica de exaltação da identidade brasileira quanto na implementação de ações práticas, especialmente nos setores de educação e cultura. Essa orientação política ganha sentido quando inserida em um contexto histórico que buscava atender a três objetivos centrais: o impulso ao desenvolvimento industrial, a restauração da unidade política abalada pela revolução de 1930 e a defesa da soberania nacional diante das pressões internacionais.

Dentro dessa lógica, o domínio do idioma português tornou-se uma ferramenta estratégica de soberania. Para garantir essa hegemonia cultural, foram instituídas medidas proibitivas tais como o Decreto-Lei nº 1.006, de 30 de dezembro de 1938, que proibia o uso de livros didáticos em línguas estrangeiras no ensino primário; o Decreto-Lei nº 3.580 de 3 de setembro de 1941, que vedava a importação ou produção de materiais educacionais em idiomas não-portugueses e o Decreto-Lei nº 88 de 31 de março de 1938, que determinava que todas as escolas particulares adotassem exclusivamente o português em suas atividades, incluindo documentos, placas e comunicações internas, entre outros decretos (Luna, 2000). Por outro lado, o governo construía escolas públicas junto à de imigrantes inviabilizando o funcionamento das escolas construídas e administradas pela população imigrante “[...] em virtude do apelo à gratuidade e a uma ‘melhor qualidade’ de ensino de português, língua oficial com que os estrangeiros e seus descendentes tinham de se comunicar” (Pacheco, 2006, p. 71). Durante esse período, especialmente durante o Estado Novo, inúmeros livros didáticos escritos pelos imigrantes foram destruídos e perdidos em

favor da política de silenciamento das línguas estrangeiras imposta por esse governo, causando o desaparecimento de uma diversidade cultural e de costumes, essenciais para se entender o desenvolvimento histórico do português para estrangeiros no Brasil.

Desse modo, os livros didáticos da era Vargas, especialmente durante o Estado Novo, foram instrumentos fundamentais para construir uma ideia de nação brasileira unificada e homogênea, promovendo o português como língua nacional e excluindo outras línguas, como o alemão, dos espaços educacionais. Esses materiais exaltavam valores cívicos e patrióticos, destacando figuras históricas, hinos e símbolos nacionais, enquanto reforçavam uma narrativa de unidade que negava o pluralismo cultural. Através de políticas assimilacionistas coercitivas, como a obrigatoriedade do ensino em português e a proibição de livros em línguas estrangeiras, os imigrantes eram pressionados a abandonar suas identidades e a adotar uma identidade nacional brasileira. Para ambos, brasileiros e estrangeiros, isso significava a internalização forçada de uma identidade, muitas vezes em detrimento de suas raízes culturais, sejam elas regionais ou de outras nações. Dessa forma, os livros didáticos não apenas ensinavam conteúdos, mas também moldavam a percepção de nação, alinhando-a aos ideais autoritários e nacionalistas do regime varguista.

Dito isso, a nossa pesquisa busca contribuir com os estudos acerca do EPLE, ao investigar como o sujeito brasileiro trabalhador é constituído no livro didático dessa modalidade de ensino. Para isso escolhemos a obra *Novo Avenida Brasil 1* para nossa análise tendo em vista o ano da publicação do livro, que ocorreu em 2008, período em que o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) estabelecia suas políticas de internacionalização universitária, econômica etc., as quais elevaram, conseqüentemente, a imagem do Brasil e de sua população para o mundo. Visto a importância desse período, escolhemos como recorte temporal de nossa pesquisa os anos de 2003 até 2010.

A questão que norteia o nosso trabalho é: como o sujeito brasileiro em condições de trabalho é constituído discursivamente em um livro didático de português para estrangeiros publicado no Brasil? Para responder esse questionamento, nosso objetivo geral é: analisar como o sujeito brasileiro em condições de trabalho é constituído discursivamente em um livro didático de português para estrangeiros publicado no Brasil. Como objetivos específicos: compreender, por meio de uma arqueogenealogia, as condições de aparecimento do sujeito brasileiro em condições

de trabalho no *Novo Avenida Brasil 1*; analisar os modos de enunciação do sujeito brasileiro trabalhador e bem como identificar os dispositivos de poder que sustentam as formações discursivas sobre o sujeito brasileiro trabalhador no *Novo Avenida Brasil 1*.

Utilizaremos em nossa análise os pressupostos teóricos do método arqueogenalógico de Michel Foucault para analisarmos enunciados que constroem conceitos sobre o sujeito brasileiro no *Novo Avenida Brasil 1*, observando os dispositivos de poder (leis, sistemas, instituições etc.) que sustentam e mantêm um determinado tipo de constituição discursiva desse sujeito.

Adotaremos essa metodologia, pois enquanto a arqueologia, ao conectar discursos e acontecimentos históricos, revela as condições de possibilidade do dizer, a genealogia, como nos lembra Foucault (2008, p. 348), "deduzira da contingência que nos fez ser o que somos a possibilidade de não mais ser, fazer ou pensar o que somos, fazemos ou pensamos", ou seja, nos permite questionar a inevitabilidade do presente e vislumbrar alternativas. Também tomaremos alguns conceitos foucaultianos que nos ajudam compreender as relações de poder inerentes à prática discursiva no livro didático que será analisado, assim como o seu entrelaçamento de enunciados produzidos e colocados em circulação. Desse modo, poderemos identificar os saberes e as relações de poder que permitem a constituição de um sujeito brasileiro trabalhador.

Feitas essas considerações, apresentaremos a estrutura deste trabalho. Nossa pesquisa está organizada em quatro capítulos. Iniciamos o primeiro capítulo com a introdução. Enquanto no segundo capítulo, discutiremos o aparato teórico-metodológico da arqueogenealogia de Michel Foucault, que servirá como base para nossas análises. Já no terceiro capítulo apresentamos alguns estudos sobre o povo brasileiro e a sua formação que nos auxiliaram em nosso estudo. No quarto capítulo, apresentamos os dados referentes à nossa superfície discursiva, além disso no primeiro subcapítulo exploramos os enunciados que a compõem, analisando como esses enunciados atravessados por certos poderes constroem discursivamente a imagem do sujeito brasileiro. Por fim, em nossas considerações finais, traremos um panorama dos resultados obtidos, bem como as contribuições dessa pesquisa para os estudos da Análise do Discurso. Buscamos, dessa forma, fomentar o debate sobre

a circulação de materiais didáticos, oferecendo novas perspectivas para a prática docente no âmbito do português para estrangeiros.

2. ESTUDOS DISCURSIVOS FOUCAULTIANOS: A ARQUEOGENEALOGIA

A nossa pesquisa se fundamenta nos estudos discursivos foucaultianos, mais especificamente na arqueogenealogia de Foucault, que combina os métodos das fases arqueológica e genealógica de seu pensamento.

Foucault lidou com uma ampla gama de questões, entre as quais a arqueologia dos saberes, a genealogia dos poderes e a genealogia da ética fizeram parte. O foco dessas investigações está na formação da história do sujeito na sociedade ocidental (Foucault, 2009). Sua pergunta central era “quem somos nós hoje?”, buscando entender as identidades que circulam em nossa sociedade. Para responder a essa pergunta, Foucault analisa os discursos que se entrecruzam na formação dos sujeitos, revelando as lutas e batalhas em que saber e poder se interligam.

Para Foucault, analisar o discurso é entender “as diferentes maneiras pelas quais o discurso desempenha um papel dentro de um sistema estratégico em que o poder está envolvido e para o qual o poder funciona” (Foucault, 2006a, p. 253). É necessário compreender, porém, que o poder não é a origem do discurso, mas age por meio dele, pois o discurso faz parte de um dispositivo estratégico das relações de poder. Portanto, a sua análise é arqueológica e genealógica, pois relaciona os discursos com os acontecimentos, com o objetivo de responder a questões como: “como nos constituímos como sujeitos do saber? Como nos constituímos como sujeitos que exercem ou sofrem as relações de poder? Como nos constituímos como sujeitos morais de nossas ações?” (Foucault, 2008b, p. 350).

Em diversos escritos, Foucault afirma que suas ideias não devem ser vistas como uma teoria ou metodologia fechada. No entanto, a percepção de que ele nos deixou tanto uma teoria do discurso quanto uma abordagem para analisar enunciados inspirou, no Brasil, um grupo de pesquisadores da área de Letras a adotar o que Foucault chama de “caixa de ferramentas”. Esse movimento teve início nos anos 1990, com o Grupo de Estudos de Análise do Discurso de Araraquara (GEADA), sob a liderança de Maria do Rosário Gregolin, e resultou na criação de um Grupo de Trabalho (GT) na Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisadores em Letras e Linguística (ANPOLL), desde 2018.

Foucault, em sua obra "O sujeito e o poder", refuta a ideia de ter desenvolvido uma teoria ou método, e também a de que seu principal foco seria a análise do poder. Ele afirma que seu objetivo era "criar uma história dos diferentes modos pelos quais, em nossa cultura, os seres humanos se tornam sujeitos" (Foucault, 2009, p. 231). Para isso, ele estudou formas de objetivação que produzem as subjetividades e os sujeitos em nossa sociedade.

Na arqueologia, Foucault dedica-se a analisar as condições históricas de possibilidade dos saberes que tornam o homem um objeto de conhecimento no interior das ciências humanas. Essa análise é desenvolvida, de forma sistemática, em obras como "A história da loucura", "O nascimento da clínica" e "As palavras e as coisas" (Vale & Cutrim, 2019, p. 158). Em *As Palavras e as Coisas*, Foucault evidencia que a passagem da gramática geral à filologia e à linguística integra uma mudança epistemológica no interior da episteme moderna, reconfigurando o campo da linguagem e instaurando as condições de possibilidade para que o homem emergja como objeto de saber das ciências humanas. Nesse deslocamento, a linguagem deixa de figurar como simples meio de representação e passa a ser compreendida em sua historicidade, abrindo espaço para novas formas de problematização do sujeito.

Além disso, ele observa a objetivação do sujeito trabalhador no interior das racionalidades econômicas emergentes e a objetivação do sujeito enquanto ser biológico nas ciências naturais evidenciando como diferentes formações discursivas fabricam distintas modalidades de subjetividade. O trabalho – em se tratando do sujeito trabalhador – ultrapassa a condição de mera prática econômica, configurando-se como uma tecnologia política e disciplinar fundamental na conformação dos corpos e das condutas. Em Foucault, o poder disciplinar opera por meio do trabalho como um dispositivo produtivo que engendra sujeitos "laboriosos", dóceis e eficientes, integrando-os a uma malha de regulação orientada simultaneamente pela utilidade econômica e pela submissão política. O sujeito trabalhador constitui-se como efeito histórico de racionalidades econômicas que articulam saber e poder. Se, em *As Palavras e as Coisas*, o trabalho aparece como categoria central da economia política moderna, em *Vigiar e Punir* evidencia-se a produção disciplinar de corpos úteis e produtivos. Posteriormente, nos cursos sobre governamentalidade, o trabalhador passa a integrar estratégias de gestão da população e, no neoliberalismo, é redefinido como capital humano e empreendedor de si.

Já na "genealogia do poder", passa a examinar as práticas de poder que operam na objetivação e na produção histórica das subjetividades. Foucault se concentrou em como o sujeito é objetivado por práticas divisoras, como as que diferenciam o doente mental ou criminoso do indivíduo considerado socialmente ajustado, por exemplo. Essas divisões refletem as formas de poder que operam em diferentes níveis da sociedade, o que é analisado em obras como "Vigiar e punir: o nascimento das prisões". Na "Genealogias das práticas de si", Foucault explorou a subjetivação, ou seja, como o sujeito é constituído por meio das práticas de si e das relações éticas que estabelece consigo mesmo, com destaque para o estudo da sexualidade em obras como "História da sexualidade", volumes 2 e 3.

Seguindo essa linha, discutiremos alguns conceitos desenvolvidos por Foucault que orientam a nossa pesquisa, buscando compreender como o sujeito brasileiro em situação laboral é discursivamente constituído no *Novo Avenida Brasil 1* e nas relações de poder em que está inserido.

2.1 A análise arqueológica

Em nossa pesquisa utilizaremos em diversos momentos o conjunto de conceitos levantados por Foucault em sua fase arqueológica, desenvolvidos em sua obra "Arqueologia do saber". Decidimos apresentar os conceitos na ordem em que aparecem na obra e buscando uma apresentação mais didática. Inicialmente, discutiremos a descontinuidade, depois formação discursiva, para uma melhor compreensão do conceito de modalidades enunciativas, em seguida enunciado, sujeito e arquivo.

A descontinuidade assume papel central na análise arqueológica foucaultiana. Foucault (2008a) rompe com as ideias e noções de continuidade histórica, influência e evolução. Para ele, a continuidade se torna problemática ao pressupor uma origem única e linear que dita a sequência dos eventos. A noção de influência, por sua vez, é descartada por implicar em semelhanças e repetições. Da mesma forma, a ideia de evolução é abandonada por organizar acontecimentos díspares sob um único princípio, mascarando as rupturas e descontinuidades que marcam a história. Foucault, ao refutar a busca pela origem do discurso, propõe uma análise que se concentre em sua irrupção de acontecimento. Isso significa investigar o discurso em sua emersão, compreendendo-a como um início relativo e disperso no tempo, o que

lhe permite ser transformado, esquecido, e a não se remeter a qualquer origem histórica.

Assim, a análise do discurso nos coloca diante da seguinte questão: "como apareceu um determinado enunciado, e não outro em seu lugar?" (Foucault, 2008a, p. 30). Essa indagação nos direciona para a singularidade do enunciado, que se manifesta em um determinado momento e lugar específicos da história. 'Essa singularidade conecta o enunciado à história, pois ele é único, mas passível de repetição, associando-se a outros enunciados que o precedem e o seguem. Por esse motivo, analisá-lo exige o estudo das relações com outros enunciados e com outros acontecimentos.

Já para falarmos de formação discursiva, é necessário que falemos brevemente do conceito de enunciado e discurso, pois um precisa do outro para serem compreendidos. Para Foucault (2008a), quando os enunciados dispersos se referem a um mesmo objeto eles formam um conjunto não sucessivo e heterogêneo. Essa unidade é chamada de discurso e se caracteriza pelo grupo de enunciados que descrevem, nomeiam, recortam e explicam um objeto. Para além disso, Orlandi (2012, p. 22 *apud* Cutrim; Marques, 2017, p.121) nos lembra que

O discurso não corresponde à noção de fala, pois não se trata de opô-lo à língua como sendo esta um sistema, onde tudo se mantém com sua natureza social e suas constantes, sendo o discurso como a fala, apenas uma sua ocorrência casual, individual, realização do sistema, fato histórico, a-sistemático, com suas variáveis etc. O discurso tem sua regularidade, tem seu funcionamento que é possível apreender se não opomos social e o histórico, o sistema e a realização, o subjetivo ao objetivo, o processo ao produto.

Assim, não sendo um sistema fechado, encontramos a sua unidade em meio a sua dispersão, Foucault (2008a) propõe descrever o sistema de dispersão em busca de elementos que tenham uma regularidade. Diz o autor:

No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma formação discursiva (Foucault, 2008a, p. 43)

Como podemos notar, a formação discursiva é definida pela dispersão e pela regularidade de quatro elementos do enunciado que vem a ser: as escolhas temáticas,

conceitos, objetos e modalidades enunciativas. As condições a que esses elementos estão sujeitos recebem o nome de regras de formação, que são nada menos que suas condições de manutenção, modificação, coexistência e desaparecimento. Para uma melhor compreensão, vejamos a seguir no que consiste esses elementos enunciativos e suas regras de formação. Começemos pela formação dos objetos que segundo Foucault (2000, p. 150):

São essas regras postas em ação por uma prática discursiva em um momento dado que explicam que tal coisa seja vista (ou omitida); que ela seja enfocada sob tal aspecto e analisada em tal nível; que tal palavra seja empregada com tal significação e em um tal tipo de frase.

A regra de formação dos objetos do discurso permite compreender como certos objetos surgem e são nomeados. Para isso, Foucault (2008a, p. 43) propõe a identificação das superfícies de emergência, ou seja, os locais onde esses objetos aparecem, os quais variam conforme os discursos, as realidades sociais, a época. Isso é o que possibilita que os objetos emerjam, sejam nomeados e adquiram o status de "objeto". Também é preciso descrever as instâncias de delimitação que distinguem, instauram e nomeiam um determinado objeto em uma dada sociedade e época, assim como suas grades de especificação, que são os sistemas que utilizamos para classificarmos, associarmos, derivarmos, separarmos e opormos um dado objeto nas diferentes instancias em que ele surge.

Por exemplo, em nosso trabalho, consideramos como superfície de emergência do sujeito brasileiro trabalhador o sistema político brasileiro, um dos meios em que ele surge. Pois ele é designado por diversas instâncias, ente elas, a governamental – que é o foco da nossa pesquisa – e que, assim como as outras instâncias, descrevem, comentam e explicam o sujeito brasileiro trabalhador atribuindo-lhe o status de objeto. Nesse cenário, o livro didático atua como uma instância de visibilidade e internacionalização desse sujeito. Além disso, há grades de especificação desse objeto quando ele é abordado em livros didáticos, como o *Novo Avenida Brasil 1*, ou dentro do sistema jurídico quando há leis que tratam dele.

Já a formação das modalidades enunciativas questiona o motivo do aparecimento de sequências de enunciados de uma determinada forma e não de outra, assim como o local de onde elas surgem. Foucault (2008a) também propõe que se busque o *status* dos indivíduos que têm o direito de produzir certos discursos, assim

como os lugares institucionais de onde os retiram e legitimam. Por exemplo, ao pré-analisarmos a constituição discursiva do sujeito brasileiro trabalhador no livro didático de português para estrangeiros *Novo Avenida Brasil 1* e as leis voltadas para o trabalhador, verificamos que o político ou a autoridade governamental detêm o direito de falar sobre o trabalhador brasileiro, de defini-lo, classificá-lo etc.

Por outro lado, a regra de formação dos conceitos permite entender como se organiza um conjunto coerente de conceitos, além de descrever a organização dos campos enunciativos nos quais eles se manifestam. Segundo Foucault (2008a), a organização dos enunciados envolve formas de coexistência que se configuram em três campos principais, sendo o primeiro deles; o campo de presença, composto por enunciados já formulados e retomados em novos contextos; campo de concomitância, composto por enunciados que se referem a diferentes objetos e pertencem a discursos diversos, mas que interagem entre si. E o campo da memória, composto por enunciados que não são mais aceitos ou discutidos ativamente, mas que ainda admitem o estabelecimento de relações de continuidade, descontinuidade etc.

E por fim, para encerrarmos os quatro elementos do enunciado, temos a regra de formação das estratégias. Ela permite descrever como os discursos geram objetos e tipos de enunciação que formam temas ou teorias, os quais Foucault (2008a) chama de “estratégias”. Segundo ele:

Nem a permanência das opiniões através do tempo nem a dialética de seus conflitos bastam para individualizar um conjunto de enunciados. É necessário, para isso, que se possa situar a distribuição dos pontos de escolha e que se defina, aquém de qualquer opção, um campo de possibilidades estratégicas. Se a análise dos fisiocratas faz parte dos mesmos discursos que a dos utilitaristas, não é absolutamente porque eles viviam na mesma época, não absolutamente porque eles se confrontavam no interior de uma mesma sociedade, não absolutamente porque seus interesses se misturavam em uma mesma economia, é porque suas duas opções provinham de uma só e mesma distribuição dos pontos de escolha, de um só e mesmo campo estratégico (Foucault, 2008a, p.106).

Ainda segundo Foucault, a definição das quatro regras de formação exige a identificação dos pontos de difração do discurso, que se manifestam de três maneiras: pontos de incompatibilidade que se referem ao fato de que dois ou mais objetos, enunciações e conceitos não podem coexistir em uma mesma formação discursiva sem pertencer a uma mesma série enunciativa. A série enunciativa refere-se ao conjunto de enunciados que constituem um discurso, no qual cada enunciado não

existe isoladamente, mas em relação de coexistência, sucessão e série com outros, definindo um campo discursivo, ou seja, “não há enunciado em geral, enunciado livre, neutro e independente; mas sempre um enunciado fazendo parte de uma série ou de um conjunto, desempenhando um papel no meio dos outros, neles se apoiando e deles se distinguindo”. (Foucault, 2008, p. 113-114 apud Sousa; Cutrim, 2013, p. 48); Além disso, temos os pontos de equivalência que consideram que elementos aparentemente incompatíveis são formados a partir das mesmas regras e condições de surgimento; e os pontos de ligação de uma sistematização que mostram como elementos equivalentes e incompatíveis podem derivar séries coerentes de objetos, conceitos e formas enunciativas.

Em relação ao conceito de enunciado, para Foucault (2008a) o enunciado não se trata de uma estrutura, mas sim uma função de existência ou função enunciativa. Essa função tem uma natureza semiológica e nos permite analisar discursos que apresentam materialidades híbridas (formas variadas de expressão, como texto, imagem, som etc.). O estudioso cita quatro características que definem o enunciado. Primeiro, ele se relaciona com um referente, tendo um campo de surgimento específico. Em segundo lugar, o enunciado envolve um sujeito, que não é necessariamente o sujeito gramatical, mas uma função que pode ser ocupada por diferentes indivíduos em contextos diversos. A terceira característica é a relação do enunciado com um domínio associado, que lhe dá contexto e o insere em uma trama complexa de formulações. Por fim, a quarta característica é a materialidade do enunciado, que se caracteriza por ser repetível e produzida através de diferentes sistemas semiológicos.

Essa última característica é particularmente cara a nossa pesquisa, pois os enunciados analisados possuem natureza sincrética (verbal e não verbal). Ao trabalhar com a perspectiva foucaultiana, Jean-Jacques Courtine abre a AD para práticas nas quais “o verbo não pode mais ser dissociado do corpo e do gesto” (Courtine, 2013, p. 31). Essa mudança é uma resposta às transformações no discurso político, que, sob a influência dos sistemas audiovisuais e da sofisticação midiática, não pode mais ser analisado apenas por meio de palavras e formas sintáticas. A AD, portanto, deve se abrir para os discursos, as práticas não discursivas e as imagens, Courtine pavimenta o caminho para o estudo das materialidades não verbais que constituem a historicidade dos discursos, enfatizando que é impensável hoje separar

palavras de imagens (fixas ou em movimento) e que o funcionamento das imagens e sua relação com o discurso devem receber a mesma atenção que os enunciados verbais (Gregolin, 2008, p. 21).

Para dar conta desse novo objeto analítico, Courtine elabora as bases de uma Semiologia Histórica. Essa abordagem visa pensar discursivamente as redes de imagens que constituem a cultura e o imaginário de uma sociedade (Gregolin, 2008, p. 21). No âmbito da Semiologia Histórica de Courtine, uma noção produtiva é a intericonicidade, que confere à iconicidade um caráter discursivo. A intericonicidade postula que toda imagem faz ecoar outras imagens – vistas ou imaginadas – inscritas em uma série, que deve ser reconstruída a partir dos rastros da genealogia das imagens em nossa cultura, à semelhança do enunciado de Foucault (Sousa, 2015, p. 33). Esse arcabouço teórico permite à AD analisar a produção e circulação de discursos em linguagem sincrética.

Ainda em relação à natureza do enunciado, Foucault aponta que ele nunca está isolado; ele está sempre ligado a outros enunciados, formando uma rede de relações. Segundo o teórico, "Não há enunciado em geral, enunciado livre, neutro e independente; mas sempre um enunciado fazendo parte de uma série ou de um conjunto, desempenhando um papel no meio dos outros" (Foucault, 2008c, p. 112). Essa interconexão é o que define a série enunciativa. E essa por sua vez pode ser definida como o conjunto de relações de regularidade que se estabelecem entre os enunciados, determinando as condições de seu aparecimento, coexistência, manutenção e transformação. (Foucault, 2008c, p. 63). A série enunciativa é, portanto, o elemento constitutivo da formação discursiva e do discurso.

Segundo Foucault (2008a, p. 132), "chamaremos de discurso um conjunto de enunciados, na medida em que se apoiem na mesma formação discursiva". O teórico também considera que o discurso seja ao mesmo tempo uma prática quando diz que o discurso é "um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou linguística, as condições de exercício da função enunciativa" (Foucault, 2008a, p. 133), sendo a função enunciativa executada nos domínios que caracterizam a formação discursiva: os conceitos, as escolhas estratégicas, as posições subjetivas e a formação de objetos.

Já em relação a análise dos enunciados do discurso, a análise enunciativa, Foucault (2008a) diz que ela envolve a definição das condições nas quais a função enunciativa ocorre. O objetivo não é buscar o que está oculto no que é dito, mas compreender por que determinado enunciado foi produzido em vez de outro.

A análise enunciativa de Foucault (2008a) destaca três características principais do enunciado: raridade, exterioridade e acúmulo. Primeiro, a raridade diz respeito ao fato de que nem tudo pode ser dito, e o que é dito surge em uma relação de exclusão com o que não é dito, tornando o enunciado singular. Em segundo lugar, a exterioridade aborda os enunciados de maneira dispersa, considerando sua descontinuidade e a irrupção como um acontecimento e, também, analisa as formas de subjetividade presentes. Por fim, o acúmulo refere-se à análise das formas de conservação e apagamento dos enunciados, distinguindo entre a memória e os documentos. O acúmulo envolve a permanência dos enunciados, sua adição e a relação com outros enunciados ao longo do tempo.

O conceito de arquivo é o mais abrangente, sendo definido como "a lei do que pode ser dito, o sistema que rege o aparecimento dos enunciados como acontecimentos singulares" (Foucault, 2008a, p. 147). O arquivo não permite que as coisas ditas se acumulem indefinidamente ou se organizem de maneira linear, mas de acordo com regularidades específicas. Ele é a estrutura que determina o que pode ser dito e rege o surgimento do enunciado como um evento único. A existência da possibilidade de dizer está vinculada ao arquivo, dentro do qual falamos. Isso implica que o arquivo é impossível de ser apreendido em sua totalidade. Assim, a análise enunciativa de Foucault busca estabelecer as regularidades dos enunciados e as condições em que a função enunciativa se manifesta.

Ainda sobre a análise enunciativa, em seu capítulo final de A Arqueologia do saber, Foucault (2008a) fala sobre um conceito que funciona como o seu ponto de partida ou equilíbrio, o Saber. Para o teórico,

Um saber é aquilo de que podemos falar em uma prática discursiva que se encontra assim especificada: o domínio constituído pelos diferentes objetos que irão adquirir ou não um status científico [...]; o espaço em que o sujeito pode tomar posição para falar dos objetos de que se ocupa em seu discurso [...]; o campo de coordenação e de subordinação dos enunciados em que os conceitos aparecem, se definem, se aplicam e se transformam [...]; finalmente, um saber se define por possibilidades de utilização e de apropriação oferecidas pelo discurso (Foucault, 2008a, p. 204).

Portanto, não existe saber sem uma prática discursiva específica, e toda prática discursiva pode ser caracterizada pelo saber que ela produz. É a partir do saber que a arqueologia encontra o ponto de equilíbrio em sua análise. Assim, Foucault propõe examinar as formações discursivas ao estudar o sistema que forma os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos e as escolhas teóricas. Durante a fase arqueológica, essa análise foi conduzida no plano da positividade e nas relações entre as regras de formação e as estruturas da cientificidade.

Em relação a essa sua concentração apenas nos discursos científicos, Foucault (2008a, p. 215) questiona: “seria possível conceber uma análise arqueológica que fizesse aparecer a regularidade de um saber, mas que não se propusesse a analisá-lo na direção das figuras epistemológicas e das ciências?”. Sua resposta é afirmativa, indicando que é sim possível uma arqueologia que se direcione para áreas além das ciências. Ele aponta apenas algumas possibilidades, sugerindo que seria viável analisar a sexualidade e a política em contextos diferentes daqueles investigados na fase arqueológica. Em resumo, pode-se afirmar que, na arqueologia, Foucault se concentrou principalmente na história das ciências para revelar positivities, compreender formações discursivas e analisar práticas discursivas.

Nesse sentido, acreditamos ser possível empreender uma análise dos enunciados do livro didático *Novo Avenida Brasil 1*, buscando verificar os modos de se enunciar o sujeito brasileiro trabalhador, e como se instauram as subjetividades desse sujeito. Mas para tanto, ainda se faz necessário que abordemos o conceito de sujeito e outros que o atravessam.

2.1.1 Objetivação, subjetividade e sujeito

A obra de Michel Foucault, notadamente a partir da década de 1970, empreendeu uma profunda inflexão metodológica e temática, deslocando o foco da análise do poder para a questão da constituição do sujeito. Longe de ser uma entidade metafísica ou um dado universal, o sujeito, para Foucault, é um efeito histórico e discursivo, produzido por complexas relações de saber e poder. Este subtópico se propõe a explorar mais detalhadamente a tríade conceitual objetivação, subjetividade e sujeito como eixos centrais para a compreensão da analítica foucaultiana, demonstrando como o pensador francês buscou traçar uma história dos "diferentes modos pelos quais, em nossa cultura, os seres humanos são transformados em

sujeitos" (Foucault, 1982 apud Rabinow & Dreyfus, 1995, p. 231). A articulação desses conceitos revela a dinâmica pela qual o indivíduo é simultaneamente submetido a forças externas e engajado em práticas de autotransformação.

Dito isso, o primeiro conceito, a objetivação, é fundamental para Foucault, pois descreve os processos históricos e sociais que fixam o indivíduo em uma subjetividade, tornando-o um objeto de conhecimento e intervenção. Em sua obra "O Sujeito e o Poder", Foucault (1995) esclarece que seu trabalho se dedicou a estudar três modos de objetivação que transformam os seres humanos em sujeitos.

O primeiro modo de objetivação ocorre através dos modos de inquérito que buscam conferir o estatuto de ciências. Neste processo, o indivíduo é objetivado pelo saber científico. Foucault (1982 apud Rabinow & Dreyfus, 1995, p. 231) exemplifica:

O primeiro é o modo da investigação, que tenta atingir o estatuto de ciência, como, por exemplo, a objetivação do sujeito do discurso na *grammaire générale*, na filologia e na linguística. Ou, ainda, a objetivação do sujeito produtivo, do sujeito que trabalha, na análise das riquezas e na economia. Ou, um terceiro exemplo, a objetivação do simples fato de estar vivo na história natural ou na biologia.

Nesse contexto, a biologia, a economia política e a filologia desempenham papéis fundamentais na objetivação do sujeito. Na economia política, por exemplo, a objetivação ocorre ao transformar o indivíduo no "homem que trabalha". Ele deixa de ser apenas um súdito ou um fiel para se tornar uma força produtiva, um sujeito de necessidades cujos comportamentos econômicos devem ser previstos e otimizados. A análise da riqueza cede lugar à análise da produção e do trabalho, onde o sujeito é capturado por estruturas de mercado que o definem em termos de utilidade e eficiência.

O segundo modo de objetivação se manifesta nas práticas divisoras. Neste caso, o sujeito é fixado por um processo de separação, seja internamente, seja em relação aos outros (Foucault, 1982 apud Rabinow & Dreyfus, 1995, p. 231). A identidade do indivíduo é estabelecida por meio de uma dicotomia que o classifica e o isola. Exemplos clássicos dessa prática são a separação entre o louco e o são, o doente e o saudável, ou o criminoso e a "pessoa de bem".

O sistema penal moderno, analisado em *Vigiar e Punir* (Foucault, 1987), oferece o exemplo mais contundente da objetivação através do poder disciplinar. A prisão não é apenas um lugar de castigo, mas uma tecnologia de produção de "corpos

dóceis". Através da vigilância panóptica, do registro constante e do adestramento do tempo, o indivíduo é objetivado como um "delinquente". A delinquência não é um traço moral intrínseco ao criminoso, mas uma categoria produzida pela própria instituição para justificar a vigilância perpétua e a gestão da ilegalidade. O sujeito da delinquência é alguém cuja vida inteira torna-se objeto de um saber biográfico, psicológico e social gerado pelo aparato carcerário.

Já o terceiro modo de objetivação, que marca a fase final de sua pesquisa, é o modo como o ser humano se transforma a si mesmo em sujeito, o que nos conduz diretamente ao conceito de subjetividade.

A subjetividade em Foucault não é o ponto de partida, mas o resultado de um processo, a subjetivação. Ela refere-se às técnicas de si, práticas éticas e reflexivas pelas quais os indivíduos agem sobre si mesmos para se constituírem como sujeitos morais ou éticos.

A subjetivação, portanto, é o modo de objetivação em que o indivíduo não é apenas objeto de um saber ou de uma prática divisora, mas também o agente de sua própria constituição. Foucault (1985, p. 49-50) aborda essa questão ao explorar como, na antiguidade greco-romana, a ética era concebida como uma estética da existência, um trabalho de estilização da vida. Assim, o sujeito se constituía através de um conjunto de práticas como a ascese, a meditação, o exame de consciência e a gestão dos prazeres.

Este conceito de subjetivação é crucial, pois introduz uma dimensão de liberdade e resistência. Se o sujeito é produzido, ele também pode ser produzido de forma diferente. A subjetivação é o ponto de articulação entre a sujeição imposta pelo poder e a possibilidade de autogoverno e de criação de novas formas de vida.

Ainda em relação ao sujeito, o próprio termo carrega uma ambiguidade essencial na filosofia foucaultiana, refletindo a tensão entre as forças que o constituem e as práticas que ele exerce sobre si. Foucault aponta para o duplo sentido da palavra: "há dois significados para a palavra *sujeito*: sujeito a alguém pelo controle e dependência, e preso à sua própria identidade por uma consciência ou autoconhecimento. Ambos sugerem uma forma de poder que subjuga e torna sujeito a." (Foucault, 1995, p. 235, grifos do autor). Ou seja, o sujeito é, primeiramente, sujeito de sujeição, o indivíduo submetido ao poder e ao saber, objetivado pelas práticas

divisoras e pelos modos de inquérito. Mas também é o sujeito de si, o indivíduo que se relaciona consigo mesmo, que se autoconstitui através das técnicas de si.

A trajetória de Foucault, portanto, não é uma negação do sujeito, mas uma tentativa de historicizar sua emergência e de desnaturalizar sua aparente universalidade. O sujeito não é uma substância, mas uma forma, um ponto de cruzamento entre as relações de poder/saber que o fixam (objetivação) e as práticas éticas que ele mobiliza para se autogovernar (subjativação).

2.2 A análise genealógica

A partir desse ponto, adentraremos com mais profundidade nas discussões de Foucault acerca do poder. Em sua genealogia do poder ele examinou a interconexão entre racionalização e poder como um processo que se manifesta em vários campos como a loucura, a morte, a doença, a sexualidade e o crime. Sua abordagem para analisar as relações de poder se distingue das demais por ser mais empírica, diretamente relacionada à nossa situação atual, implicando uma ligação mais próxima entre teoria e prática, e levando em conta as formas de resistência ao poder.

Vale ressaltar a concepção de poder Foucaultiana se distingue das concepções marxistas e da teoria jurídica liberal. Para ele o poder é interpretado como,

[...] um exercício de relações entre sujeitos, não sendo, pois, detido, e sim exercido, sem um centro irradiador e existente em contraposição a formas de resistência. Em lugar de olhar o poder em sua racionalidade interna, Foucault (2009) propõe analisar as relações de poder através do antagonismo das estratégias. É nesse jogo de oposições que as identidades e as diferenças são investigadas (Sousa, 2020 p. 45).

Foucault propõe uma análise crítica do poder, questionando como ele atua e é exercido, em vez de se perguntar sobre sua essência ou origem. Sendo o poder entendido como uma forma de ação de uns sobre outros, diferencia-se da capacidade de agir sobre objetos e envolve relações entre indivíduos ou grupos. Vale ressaltar que essa forma de ação (poder), apesar de não se mistura com as relações de comunicação, está interligada a ela. A comunicação, que cria significados, organiza signos e estabelece interações humanas, depende das relações de poder e das capacidades objetivas para funcionar.

Assim, o poder não é algo concentrado e detido por poucos indivíduos, e muito menos algo possuído por todos e transferido para alguns. Por exemplo, na sociedade moderna, a ordem do governo é quem realmente pode exercer o poder, e consiste na

condução das condutas, comportamento e reações. Governar, nesse contexto, significa influenciar as possibilidades de ação de outros indivíduos. A violência, a luta, o contrato e a aliança voluntária são ferramentas de poder que não se equiparam ao conceito de poder como exercício. A liberdade é essencial para o exercício do poder (Foucault, 2009, p. 244).

Foucault (2009) propõe uma análise das relações de poder dentro das instituições como um meio de analisar as próprias instituições. Essa abordagem requer a definição de alguns aspectos fundamentais, como: a) O sistema de diferenciações que possibilita influenciar a ação dos outros; b) os objetivos buscados por aqueles que influenciam a ação dos outros; c) as modalidades instrumentais: trata-se das técnicas, mecanismos e estratégias específicas utilizadas para exercer o poder; d) as formas de institucionalização: referem-se aos processos pelos quais práticas e relações de poder se estabilizam em instituições sociais. Essas instituições funcionam como mecanismos de controle, normalização e produção de saberes, moldando os indivíduos e perpetuando as relações de poder na sociedade; e c) os graus de racionalização: referem-se aos diferentes níveis ou estágios em que as práticas sociais, os discursos e as instituições são organizados e justificados por meio de sistemas racionais.

As relações de poder estão presentes em toda a rede social. Existem múltiplas formas e locais onde os indivíduos governam uns aos outros. O Estado é uma das principais formas e espaços de exercício de poder, sendo central porque houve uma estatização contínua das relações de poder com o passar do tempo. Isso significa que as relações de poder foram progressivamente governamentalizadas, ou seja, racionalizadas e centralizadas sob a forma ou proteção das instituições estatais (Foucault, 2009, p. 247).

Foucault argumenta que, no século XIX, o poder assumiu o controle sobre a vida, marcando assim um fenômeno de estatização do biológico. Para entender essa imposição do poder sobre o homem, ele identifica três estratégias do poder: a soberania, a disciplina e a biopolítica. Cada uma dessas estratégias está relacionada a um tipo específico de sociedade.

Na sociedade de soberania, o soberano detinha o direito de decidir sobre a vida e a morte de seus súditos, uma forma suavizada do poder que o pai de família romano exercia sobre seus filhos e escravos, cuja vida ele podia retirar, já que havia sido ele

quem a concedera. Contudo, o soberano exercia esse poder sobre seus súditos apenas em situações em que sua própria existência estivesse em risco, como em tempos de guerra, quando o estado precisava ser defendido, configurando uma forma indireta de exercício do poder. A aplicação direta desse poder acontecia quando o súdito violava as leis do soberano, sendo punido com a morte como consequência (Foucault, 1999, p.128).

No entanto, isso se modifica por volta dos sec. XVII e XVIII com o surgimento de técnicas de poder com foco no corpo individual. As primeiras a surgirem centraram-se no corpo-máquina,

[...] no seu adestramento, na ampliação de suas aptidões, na extorsão de suas forças, no crescimento paralelo de sua utilidade e docilidade, na sua integração em sistemas de controle eficazes e econômicos – tudo isso assegurado por procedimentos de poder que caracterizam as disciplinas: anátomo-política do corpo humano (Foucault, 1999, p. 31).

Mas logo após seu aparecimento também surgiram outras técnicas voltadas para o corpo-espécie,

[...] no corpo transpassado pela mecânica do ser vivo e como suporte de processos biológicos: a proliferação, os nascimentos e a mortalidade, o nível de saúde, a duração da vida, a longevidade, com todas as condições que podem fazê-la variar; tais processos são assumidos mediante toda uma série de intervenções e controles reguladores: uma bio-política da população (Foucault, 1999, p. 31).

Com elas surgiram elementos que comporiam dois novos formatos de sociedade, a primeira sendo a sociedade disciplinar em que “o comando social é construído mediante uma rede difusa de dispositivos ou aparelhos que produzem e regulam os costumes, os hábitos e as práticas produtivas” (Hardt e Negri, 2001, p. 42), além de se utilizar de técnicas de poder que atuam sobre o corpo individual, por meio de vigilância, treinamento, utilização e, eventualmente, punição.

Foucault trata mais detalhadamente sobre os aparelhos reguladores, ou melhor dispositivos, numa entrevista intitulada *Sobre a história da sexualidade* (2013). Ele o descreve como:

um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos (Foucault, 2013, p. 364).

Ainda segundo o autor, o dispositivo envolve um jogo dinâmico entre seus elementos, com isso, o discurso, um dos elementos do dispositivo, pode aparecer como um programa ou normas de uma instituição. O dispositivo também pode ser entendido como uma formação histórica que responde a urgências, cumprindo uma função estratégica dominante. Estando sempre inserido em um jogo de poderes e ligado a configurações de saberes que, ao mesmo tempo, nascem dele e o condicionam.

Já na segunda, a sociedade de controle esses “[...] mecanismos de comando se tornam cada vez mais ‘democráticos’, cada vez mais imanentes ao campo social, distribuídos por corpos e cérebros dos cidadãos” (Hardt e Negri, 2001, p. 42), e se constrói através de uma anátomo-política do corpo humano, nessa nova tecnologia de poder há uma biopolítica da espécie humana.

Segundo Foucault (1999, p. 289-290), a biopolítica “trata-se de um conjunto de processos como a proporção dos nascimentos e dos óbitos, a taxa de reprodução, a fecundidade de uma população etc.” Esses processos, aliados a questões econômicas e políticas, formaram o objeto de conhecimento e os primeiros alvos de controle da biopolítica no século XVIII. Nesse mesmo período, iniciaram-se as pesquisas demográficas, os levantamentos estatísticos da população, o controle da natalidade e da morbidade. Resultando também numa ampliação da função da medicina em relação à higiene pública “com organismos de coordenação dos tratamentos médicos, de centralização da informação, de normalização do saber [...] adquire também o aspecto de campanha de aprendizado da higiene e de medicalização da população” (Foucault, 1999, p. 291). Esses mecanismos visam não a disciplina, mas a regulamentação. Buscam a otimização da vida da população em geral, levando em conta seus processos biológicos.

Dessa forma, de um lado temos uma relação Estado – mecanismos regulamentadores - processos biológicos - população e do outro instituições – disciplina – organismo – corpo. A disciplina pode estar associada à dimensão estatal, em que o poder atua por meio de um controle detalhado sobre as operações do corpo, organizando o tempo, o espaço e os movimentos. Nesse mecanismo de poder, é a vigilância constante que mantém o indivíduo submetido à disciplina. Já a regulamentação opera em nível subestatal, com diversos mecanismos que

influenciam a população, induzindo comportamentos relacionados ao habitat, regras de higiene para garantir a longevidade, cuidados com as crianças, escolaridade, entre outros.

Esses dois mecanismos, disciplina e regulamentação, podem se articular e funcionar em conjunto. E é nessa articulação que surge a norma que segundo Foucault (1999a, p. 302) “[...] é o que pode tanto se aplicar a um corpo que se quer disciplinar quanto a uma população que se quer regulamentar”. A sociedade de normalização é marcada pela interseção entre a norma disciplinar e a norma de regulamentação. Desde o século XIX, o poder que atua nessa sociedade assume a responsabilidade pela vida, configurando o que se chama de biopoder, o que é nada mais que “a forma de poder que regula a vida social por dentro, acompanhando-a, interpretando-a, absorvendo-a e rearticulando” (Hardt e Negri, 2001, p. 43).

Na sociedade de normalização, o biopoder é caracterizado por uma eficácia produtiva, e seu funcionamento é viabilizado pela biopolítica da espécie humana. Surgindo a partir da intensificação da estatização do biológico no século XIX, o que promove a governamentalidade da espécie humana por meio do biopoder (Foucault, 2013). Sobre a governamentalidade, Cruz & Cutrim (2021, p. 224) apontam que ela

É o poder que incita a conduta do outro e a conduta de si. Ela põe em marcha não apenas uma gestão da população, mas um controle de estratégias que indivíduos, em sua liberdade, podem ter em relação a eles próprios e uns em relação com os outros.

Nesse contexto, a governamentalidade opera de maneira similar a um poder pastoral, exercendo efeitos individualizantes. Ela controla as condutas dos sujeitos de forma individualizada, utilizando uma variedade de meios como dados, estatísticas, pesquisas de mercado e biodata, que impactam toda a população. Assim, a governamentalidade molda e direciona os indivíduos através de mecanismos de controle que se estendem por toda a sociedade.

Isso começou a se intensificar na mudança do antigo regime soberano para a sociedade disciplinar, onde a biopolítica passou a servir a acumulação capitalista, já que o controle do corpo é essencial para esse processo. No entanto na sociedade disciplinar, o biopoder tinha efeitos limitados, pois a disciplina focava na fixação dos indivíduos em espaços fechados e no controle rigoroso do tempo. Esse mecanismo

não era capaz de gerenciar a vida dos indivíduos em sua totalidade, abrangendo sua consciência, corpo e atividades, para torná-los plenamente produtivos

Assim, essa problemática deu ensejo ao surgimento das sociedades de controle. Segundo Deleuze (1990), a emergência da sociedade de controle se deu após a segunda guerra mundial como resultado da crise das instituições disciplinares. Nas sociedades de controle, as técnicas de poder atuam de forma mais aberta e difusa. Os diversos modos de controle são variações interligadas, parte de um mesmo sistema que utiliza uma linguagem numérica, funcionando como uma espécie de modulação. Embora Deleuze acredite que as sociedades de controle estejam substituindo os mecanismos disciplinares, entendemos que há uma combinação de diferentes estratégias de poder, conforme proposto por Foucault (1999a).

Portanto, as sociedades de controle representam uma transformação do capitalismo, em que os indivíduos são identificados por números ou códigos, que servem como linguagem de controle de informações. As populações são tratadas como amostras, dados e mercados, sendo gerenciadas por computadores. Essas tecnologias, embora eficazes, estão sujeitas a riscos como interferências, pirataria e vírus, refletindo a natureza fluida e vulnerável desse sistema de controle.

Quanto a nossa pesquisa, ressaltamos a importância dos conceitos aqui apresentados para auxiliar em nossa discussão dos poderes que atravessam a discursivização do sujeito brasileiro em nossa superfície discursiva analisada.

3. OS “BRASIS” E OS SEUS BRASILEIROS

A busca pela compreensão da identidade nacional brasileira tem sido um tema perene e central no pensamento social do país, mobilizando intelectuais de diversas áreas a compreender as singularidades de um povo e de uma nação de dimensões continentais e formação complexa. Dentro deste vasto campo de interpretações, duas obras emergiram no século XX como pilares fundamentais e, de certa forma, complementares para os estudos sobre o sujeito brasileiro trabalhador: *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda, publicada originalmente em 1936, e *O Povo Brasileiro: a Formação e o Sentido do Brasil*, de Darcy Ribeiro, publicada em 1995. Ambos os autores deixaram ao debate nacional conceitos-chave que continuam a ressoar e a provocar reflexões sobre os dilemas e as potencialidades do Brasil e de seu povo.

3.1 Sérgio Buarque de Holanda: sociologia, história e psicologia social na construção do brasileiro

Sérgio Buarque de Holanda (1902 – 1982), em uma análise que combina sociologia, história e psicologia social, mergulha nas profundezas da herança ibérica para identificar as continuidades e os traços culturais que constituíram a sociedade brasileira.

Holanda inicia sua análise destacando que a implantação da cultura europeia se deu através de uma nação ibérica (Portugal), que se diferencia de outras nações europeias por sua posição de "território-ponte" entre a Europa e outros territórios. Portugal assim como a Espanha até a época dos grandes descobrimentos marítimos eram considerados territórios menos carregados de europeísmos e que serviam como "linha de contato" entre a Europa de fato e o restante do mundo; essa característica resultou em um desenvolvimento cultural peculiar (Holanda, 1995, p.31).

O autor enfatiza a "cultura da personalidade" presente nas sociedades ibéricas, em que o valor do indivíduo reside em sua autonomia e independência. Essa valorização do pessoal, contudo, leva a uma "singular tibieza das formas de organização, de todas as associações que impliquem solidariedade e ordenação entre

esses povos." (Holanda, 1995, p. 32). A hierarquia, embora presente na Europa durante a Idade Média, nunca se enraizou de forma cabal em Portugal e Espanha, pois o mérito pessoal frequentemente superava o privilégio hereditário.

Seguindo adiante, o autor introduz a dicotomia entre o "aventureiro" e o "trabalhador". Holanda argumenta que a colonização portuguesa foi predominantemente marcada pelo espírito aventureiro porque "o que o português vinha buscar era, sem dúvida, a riqueza, mas riqueza que custa ousadia, não riqueza que custa trabalho. A mesma que se tinha acostumado a alcançar na Índia com as especiarias e os metais preciosos" (Holanda, 1995, p. 47).

Essa mentalidade, que valoriza a recompensa imediata e a prosperidade sem custo, contrasta com a ética do trabalho metódico. A adaptabilidade dos portugueses ao território brasileiro é notável, mas não se traduziu em uma "civilização tipicamente agrícola" (Holanda, 1995, p. 47) com ampliação de lavouras, nível de produção e progresso de técnicas. A introdução do latifúndio e da escravidão africana foi uma solução para a busca de lucros rápidos, já que os indígenas não se adaptavam ao trabalho "acurado e metódico que exige a exploração dos canaviais." (Holanda, 1995, p. 48). A colonização, portanto, não foi um empreendimento metódico, mas um processo marcado pelo desleixo e pelo descaso.

Nesse processo a sociedade colonial brasileira teve suas raízes profundamente fincadas no meio rural, onde as grandes propriedades eram o centro da vida. As cidades eram, em grande parte, meras extensões dessas propriedades. A abolição da Escravatura em 1888 é um marco divisório, mas a herança rural e o patriarcalismo continuaram a imprimir marcas na sociedade.

A obra descreve a predominância dos fazendeiros escravocratas na política e a dificuldade de conciliar as formas de vida tradicionais com as transformações econômicas e sociais que se seguiram à supressão do tráfico negreiro. A "radical incompatibilidade entre as formas de vida copiadas de nações socialmente mais avançadas, de um lado, e o patriarcalismo e personalismo fixados entre nós por uma tradição de origens seculares" (Holanda, 1995, p. 79) é um ponto crucial.

Após a devida contextualização das influências e impactos que o Brasil recebeu, Holanda parte para a questão do sujeito brasileiro e para isso se utiliza do conceito do "homem cordial", talvez o mais conhecido e debatido da obra. Ele argumenta que a contribuição brasileira para a civilização é a cordialidade, que se manifesta na

afabilidade no trato, hospitalidade e generosidade. No entanto, ele adverte que essa cordialidade não deve ser confundida com polidez ou civilidade. A cordialidade é uma expressão de um "fundo emotivo extremamente rico e transbordante" (Holanda, 1995, p. 146), enquanto a polidez é uma forma coercitiva e externa.

Na cordialidade, as relações sociais se organizam a partir da intimidade, da familiaridade e da lógica doméstica, ultrapassando o espaço privado e alcançando o âmbito público. Nesse quadro, a vida política e administrativa tende a ser atravessada por lealdades pessoais, compadrio e favoritismo, o que dificulta a consolidação de instituições regidas por critérios universais e burocráticos. Assim, a predominância do "homem cordial" reflete a dificuldade brasileira em separar o público do privado, levando ao patrimonialismo, em que as funções públicas são tratadas como interesses particulares. A vida em sociedade para o homem cordial é uma

libertação do pavor que ele sente em viver consigo mesmo, em apoiar-se sobre si próprio em todas as circunstâncias da existência. Sua maneira de expansão para com os outros reduz o indivíduo, cada vez mais, à parcela social, periférica, que no brasileiro — como bom americano — tende a ser a que mais importa. Ela é antes um viver nos outros. Foi a esse tipo humano que se dirigiu Nietzsche, quando disse: "Vosso mau amor de vós mesmos vos faz do isolamento um cativo" (Holanda, 1995, p. 147).

O "homem cordial" revela uma tensão constitutiva da formação brasileira: a coexistência entre práticas personalistas e o ideal de uma ordem pública impessoal. A prevalência das relações pessoais sobre as impessoais dificulta a formação de um Estado burocrático e objetivo. O autor conclui que é possível afirmar que, no Brasil, a gestão pública e seus agentes dificilmente operaram de forma puramente profissional; o comum é a mistura entre interesses particulares e o dever público, sendo a dedicação a objetivos técnicos uma raridade.

3.2 Darcy Ribeiro: o brasileiro sob um viés antropológico

Por outro lado, Darcy Ribeiro, com uma abordagem marcadamente antropológica, propõe uma visão que enfatiza a ruptura e a novidade. Ribeiro (2014, p. 183) argumenta que o Brasil não é uma mera extensão de Portugal, mas sim um "povo novo", resultado de um processo singular de miscigenação e caldeamento entre o invasor português, os povos indígenas e os africanos escravizados. Essa

confluência, sob a regência portuguesa, deu origem a uma etnia nacional diferenciada, marcada por uma cultura sincrética e uma identidade singular. Ribeiro (2014, p. 14) descreve essa formação da seguinte maneira:

Surgimos da confluência, do entrechoque e do caldeamento do invasor português com índios silvícolas e campineiros e com negros africanos, uns e outros aliciados como escravos. Nessa confluência, que se dá sob a regência dos portugueses, matrizes raciais díspares, tradições culturais distintas, formações sociais defasadas se enfrentam e se fundem para dar lugar a um povo novo (Ribeiro, 1970), num novo modelo de estruturação societária.

Essa "novidade" do povo brasileiro reside não apenas na mistura racial, mas na criação de um novo gênero humano, com uma capacidade única de adaptação e resiliência, forjada em meio a um sistema de exploração colonial. Contudo, essa formação também carrega o peso de ser um "proletariado externo", existindo para gerar lucros para o mercado mundial, através do desgaste de sua própria população.

Para Ribeiro, a miscigenação, ao invés de fragmentar a sociedade em minorias antagônicas, contribuiu para a formação de uma unidade étnica e cultural. Apesar das diversas matrizes formadoras, o Brasil conseguiu forjar uma identidade coesa, onde as diferenças regionais e de origem são superadas por um sentimento de pertencimento a uma única etnia nacional. Em suas palavras

A confluência de tantas e tão variadas matrizes formadoras poderia ter resultado numa sociedade multiétnica, dilacerada pela oposição de componentes diferenciados e imiscíveis. Ocorreu justamente o contrário, uma vez que, apesar de sobreviverem na fisionomia somática e no espírito dos brasileiros os signos de sua múltipla ancestralidade, não se diferenciaram em antagônicas minorias raciais, culturais ou regionais, vinculadas a lealdades étnicas próprias e disputantes de autonomia frente à nação (Ribeiro, 2014, p. 14).

Essa unidade, no entanto, não significa ausência de contradições. Ribeiro ressalta que, subjacente a essa uniformidade cultural, existe uma profunda distância social, gerada pela desigualdade social imposta pelo processo de formação nacional. A "democracia racial" brasileira é, para o autor, uma falácia que mascara abismos sociais e raciais profundos.

E além de haver contradições dentro dessa unidade, Ribeiro também admite que existam sujeitos brasileiros com diferentes identidades. O autor explora as diversas configurações regionais que também emergiram desse processo histórico,

cada uma com suas particularidades, mas todas interligadas pela matriz comum da formação brasileira. Ele descreve o "Brasil sertanejo", o "Brasil caipira", o "Brasil crioulo" e o "Brasil gringo", mostrando como as condições ecológicas, econômicas e sociais configuraram diferentes modos de vida e culturas regionais.

Por exemplo, ao descrever o sertanejo, ele cita Capistrano de Abreu (1954):

De couro era a porta das cabanas, o rude leito aplicado ao chão duro, e mais tarde, a cama para os partos: de couro, todas as cordas, a borracha para carregar água, o mocó ou alforje para levar comida, a mala para guardar roupa, a mochila para milhar cavalo, a peia para prendê-lo em viagem, as bainhas de faca, as broacas e surrões, a roupa de entrar no mato, os banguês para curtume ou para apurar sal; para os açudes, o material de aterro era levado em couros puxados por pontas de bois que calcavam a terra com seu peso; em couro pisava-se tabaco para o nariz" (Ribeiro, 2014, p. 351).

Essas descrições detalhadas ilustram a profunda conexão entre o homem e o ambiente, os "vários Brasis" – Crioulo, Caboclo, Sertanejo, Caipira e Sulino – são o resultado de processos históricos e adaptações ecológicas distintas, que geraram modos de ser, economias e culturas particulares. No entanto, todos eles estão unidos por uma matriz comum: a condição de "povo novo", forjado na mestiçagem e na superação da "ninguendade".

O conceito de "ninguendade", formulado por Darcy Ribeiro em sua obra *O Povo Brasileiro*, refere-se à condição de desenraizamento social, cultural e simbólico que marcou amplos segmentos da população no processo de formação da sociedade brasileira.

Segundo Ribeiro, tanto os povos indígenas submetidos à desestruturação de suas organizações tribais quanto os africanos escravizados e seus descendentes foram violentamente privados de seus referenciais culturais originários. Esse processo implicou não apenas a ruptura de vínculos identitários anteriores, mas também a impossibilidade de plena integração à ordem colonial como sujeitos socialmente reconhecidos. Em consequência, instaurou-se uma experiência de suspensão identitária: esses indivíduos já não eram mais aqueles que haviam sido – membros de coletividades indígenas ou de grupos étnicos africanos específicos – e tampouco eram incorporados como integrantes legítimos da sociedade dominante.

Nesse sentido, a noção de "ninguendade" expressa uma condição histórica de não pertencimento e de marginalização estrutural, resultante de processos violentos

de dominação, escravização e reorganização social que marcaram a constituição do Brasil.

No entanto, Darcy Ribeiro não concebe a “ninguendade” meramente como uma carência ou uma perda, mas sim como um estágio doloroso e fundamental para o surgimento de uma nova identidade histórica: o povo brasileiro. A partir da brutalidade da colonização e da escravidão, desenrola-se um processo de intensa miscigenação biológica e cultural que dá origem a manifestações singulares de sociabilidade, linguagem, religiosidade e organização social. Desse modo, a “ninguendade” representa simultaneamente um trauma e uma potência criativa, evidenciando tanto o custo humano da construção nacional quanto o dinamismo cultural resultante da interação conflituosa entre as heranças indígenas, africanas e europeias. Essa categoria analítica, portanto, elucida tanto a exclusão inerente à sociedade brasileira quanto a originalidade de sua configuração civilizatória.

Compreender essas diferentes faces do Brasil é fundamental para entender a complexidade e a riqueza da nação, um povo que, nas palavras do autor, está "até hoje, em ser, na dura busca de seu destino".

Dito isso, este capítulo se propôs este capítulo propôs-se a compreender a formação de um sujeito brasileiro a partir dessas duas obras canônicas. Ao evidenciar os pontos de convergência e divergência entre os dois autores, buscamos não apenas revisitar dois clássicos do pensamento social brasileiro, mas também mobilizar suas lentes analíticas para iluminar as tensões estruturais que continuam a configurar a sociedade brasileira contemporânea.

4. O SUJEITO BRASILEIRO NO LIVRO DE PORTUGUÊS PARA ESTRANGEIROS

Em nossa pesquisa o sujeito brasileiro trabalhador é abordado como uma unidade discursiva, por essa razão se faz necessário a descrição do conjunto de enunciados que a caracteriza. Para tanto, nesse primeiro momento se faz necessário descrever o funcionamento de quatro elementos que caracterizam a formação discursiva e conferem unidade ao discurso.

O primeiro elemento é a regra de formação dos objetos, que se refere à existência de um determinado objeto no discurso. Para encontrá-la, é essencial delimitar as superfícies de emergência desse objeto.

O segundo trata-se da regra de formação das modalidades enunciativas, que permite encontrar o lugar de onde vêm os enunciados, quem têm a autoridade para falar, o *status* dos indivíduos que produzem certos discursos, e os espaços institucionais que legitimam e aplicam esses discursos.

O terceiro, a regra de formação de conceitos, permite a investigação das famílias de conceitos e a descrição da organização dos campos enunciativos em que eles aparecem. Em nossa pesquisa limitamos o nosso foco apenas para as formas de sucessão e de coexistência dos enunciados.

Já no quarto e último elemento, temos a regra de formação das estratégias que descrevem como os discursos possibilitam o aparecimento de objetos e tipos de enunciação que formam temas ou teorias

Seguindo a primeira regra de formação, a instancia de delimitação do nosso objeto será livro didático Novo Avenida Brasil 1 (2008), que em sua própria página de apresentação se situa como o primeiro de três volumes de um curso básico de português para estrangeiros. A divisão dos volumes é feita de acordo com os níveis de proficiência estabelecidos pelo Quadro Europeu Comum de Referências para Línguas (2001).

Dessa forma, o volume 1 é enquadrado no nível proficiência A1 em que o falante consegue ler expressões muito curtas e usadas repetidamente; o volume 2 é posto como nível A2 que prevê um falante capaz de realizar uma apresentação básica e ensaiada sobre assuntos familiares; já o volume três é classificado como nível B1,

nessa etapa o falante é capaz de fazer uma apresentação um pouco mais complexa sobre assuntos de sua área de conhecimento.

Quanto ao seu conteúdo, ele é dividido em 6 lições estruturadas em torno de situações comunicativas recorrentes, tais como: conhecer pessoas (cumprimentar, pedir e dar informações pessoais, soletrar, despedir-se e comunicar-se em sala de aula); encontros (propor alguma coisa, convidar, perguntar as horas e comunicar-se em sala de aula); comer e beber (pedir informações, pedir alguma coisa e agradecer); hotel e cidade (expressar desejos, preferências, dúvidas, pedir informações, localização e direção); moradia (descrever, identificar coisas, expressar contentamento, descontentamento, comparar e localizar) e o dia-a-dia (relatar atividades no passado, falar sobre atividades do dia-a-dia).

Longe de constituírem apenas temas pedagógicos neutros, esses eixos delineiam um conjunto de práticas que orientam o aprendiz de língua portuguesa (português brasileiro) para formas específicas de interação social, centradas em pedir informações, localizar-se, descrever, relatar e agradecer. Observa-se, assim, a produção de um sujeito comunicativamente funcional, apto a circular em espaços de consumo, mobilidade e sociabilidade regulada.

A obra conta com mais outros textos que têm como objetivo auxiliar o leitor com a revisão, fonética, vocabulário, gramática e outros puramente informacionais que contêm as fontes, transcrições de gravações e soluções dos exercícios, compondo um dispositivo pedagógico que articula saber linguístico e normatização das condutas comunicativas: o material não apenas propõe o ensino da língua, ele normatiza condutas comunicativas aceitáveis ao organizar práticas de interação, ao prescrever formas linguisticamente legitimadas de comunicação, ao propor padrões de comportamento social, ao eleger modos de enunciar o sujeito brasileiro trabalhador.

Partindo do sumário e indo em direção às informações editoriais, observamos que o *Novo Avenida Brasil 1* foi publicado em 2008 pela editora brasileira E.P.U. em São Paulo e que se trata de uma reformulação/reorganização de outra obra intitulada *Avenida Brasil 1*, publicada em 1991 pela mesma editora e com o mesmo objetivo de ser o primeiro volume de um curso básico de português para estrangeiros.

Ademais, há uma segunda edição do *Novo Avenida Brasil 1* publicada ainda pela mesma editora no recente ano de 2022. É interessante notar que essa nova

edição conta com a obra digital (Ebook) do livro físico enquanto as anteriores possuem apenas a obra física.

Pode-se dizer que *novo* (*Novo Avenida Brasil 1*) cumpre algumas funções editoriais que sugerem atualização do material, melhoria em termos pedagógicos, reposicionamento do produto no mercado, além de sugerir uma diferença da edição anterior.

Em relação às considerações de Foucault, para quem o novo reorganiza as regras do que pode ser dito, o “novo”, em *Novo Avenida Brasil 1*, funciona menos como reorganização e mais como efeito de atualização regulada do discurso pedagógico. O *novo* aponta para uma atualização do material – em relação às edições anteriores – que responde a novas demandas do mercado e do momento político brasileiro.

Apesar da reconfiguração material e organizacional do *Novo Avenida Brasil 1*, permanecem a filiação editorial, o objetivo pedagógico e a estrutura de curso básico para estrangeiros, o que sugere menos uma ruptura e mais uma rearticulação estratégica do dizer. A edição de 2022, ao incorporar o formato digital, amplia as condições de circulação e acesso, indicando a atualização do dispositivo pedagógico às racionalidades contemporâneas de ensino de línguas.

Sobre a editora, encontramos apenas a localização e alguns meios de contanto no *Novo Avenida Brasil 1* (2008). Realizamos pesquisas na internet em busca de um site oficial ou rede social da editora, mas nossa pesquisa se mostrou infrutífera, portanto, sabemos apenas que a editora está localizada na cidade e no estado de São Paulo. Tal rarefação de informação não impede, contudo, a análise de seu funcionamento no interior do campo editorial de ensino de português para estrangeiros, mas antes indica a necessidade de deslocar o foco da intenção institucional para as condições de circulação do discurso.

Em relação aos autores, o livro os apresenta nas primeiras páginas junto com seus títulos acadêmicos, são eles: Emma Eberlein O. F. Lima, mestre em letras pela universidade de São Paulo. Professora de Português para estrangeiros em São Paulo. Diretora de cursos da Polyglot. Autora de muitos livros didáticos de Português para estrangeiros; Lutz Rohrmann, coordenador de projetos de livros didáticos. Co-autor de vários livros didáticos de Alemão e português para estrangeiros; Tokiko Ishihara, pós-doutorado em linguística na Universidade de Paris X e Professora do

departamento de Letras Modernas da Universidade de São Paulo (USP); Samira Abirad Lunes, Doutora em Língua e Literatura francesa pela Universidade de São Paulo. Professora do Departamento de Letras Modernas da Universidade de São Paulo. Autora de muitos livros didáticos de Português para estrangeiros e Cristian González Berweiler, professor de Português e Alemão para estrangeiros. A apresentação dessas trajetórias não é meramente informativa: ela constitui um regime discursivo que ancora a obra no domínio de saberes especializados sobre o ensino de línguas.

Segundo esses autores, sua obra é destinada aos “estrangeiros de qualquer nacionalidade, adolescentes e adultos, que queiram aprender Português para poderem comunicar-se com os brasileiros e participar de sua vida cotidiana” (Lima et al, 2008, p. 2), ou seja, é um livro direcionado para cursos particulares de idiomas ou para autodidatas, pois além da indicação acima feita pelos autores a obra não indica nenhum financiamento ou parceria com governos e instituições públicas.

Embora os autores não indiquem financiamento governamental direto para a produção da obra, tal ausência não invalida sua inscrição no regime de visibilidade internacional e não a coloca fora das racionalidades mais amplas que, no período, investiam na difusão internacional do português do Brasil.

Em termos arqueogenealógicos, interessa menos destacar a existência de um vínculo institucional direto e mais o modo como a obra se torna possível, circulável e legitimada no interior de um regime de verdade que valoriza a comunicabilidade, a mobilidade e a participação do estrangeiro na vida cotidiana brasileira e que enuncia o sujeito brasileiro trabalhador.

Quanto a escolha desse primeiro volume para a nossa pesquisa, ela justifica-se pelo fato de que ele traz capítulos ou unidades temáticas focadas na apresentação de indivíduos, seus hábitos cotidianos e suas moradias.

Esses modos de enunciabilidade produzem e estabilizam determinadas formas de dizer o sujeito brasileiro. O cotidiano, o modo de habitar e as práticas ordinárias, para além de um conteúdo pedagógico, mobilizam discursos por meio dos quais se tornam visíveis e inteligíveis certos modos de ser do trabalhador no Brasil. Ainda que não estejamos analisando esses capítulos da obra, podemos considerar que eles formam um conjunto de enunciados que sugerem como vive o trabalhador brasileiro. Dessa forma, o primeiro volume se mostra como um ponto de partida estratégico para

investigar as nuances discursivas que permeiam a imagem do brasileiro nesse contexto.

Em relação aos enunciados que serão analisados na obra, selecionamos aqueles que aparecem, de modo mais explícito, o sujeito brasileiro, adotando critérios para compor nossa série enunciativa.

Inicialmente, como já mencionado, privilegamos enunciados que incidem diretamente sobre o indivíduo brasileiro por entendermos que tais materialidades configuram zonas mais densas de produção de posições de sujeito. Em seguida, priorizamos enunciados mais extensos e detalhados, por apresentarem maior espessura enunciativa e, portanto, maior potencial de evidenciar regularidades, recorrências e modos de dizer estabilizados no interior do material didático, uma vez que os mais curtos oferecerão pouca margem para uma análise ampla e aprofundada

Por último, optamos por incluir enunciados compostos por elementos verbais e não verbais em diferentes series enunciativas, com o objetivo de ampliar o escopo da pesquisa e enriquecer a compreensão das representações do sujeito brasileiro.

Esse procedimento metodológico visa ampliar as condições de descrição das regularidades enunciativas que atravessam o corpus, permitindo examinar de que modo se tornam possíveis, no interior do *Novo Avenida Brasil 1*, determinadas formas de dizer e de tornar visível o sujeito brasileiro.

Já quanto às series enunciativas, mapeamos múltiplas séries, contudo, analisaremos aquelas com maior grau de regularidade e recorrência na superfície discursiva, uma vez que é nesse nível que se tornam mais apreensíveis as regras de formação que organizam o campo do dizível no material. As séries enunciativas são três: o sujeito trabalhador de renda alta, o sujeito trabalhador de renda baixa, o sujeito trabalhador silenciado.


4.1 Modos de enunciar os trabalhadores brasileiros no Novo Avenida Brasil 1

Nossa análise inicia na página 01 do livro, na primeira lição intitulada “Conhecer pessoas”, que tem como objetivo ensinar vocabulário e estruturas para a apresentação pessoal.

Figura 1 – Trecho da primeira lição

A4 Qual é a sua profissão?

- Qual é a sua profissão?
- Sou jornalista, trabalho no Jornal do Brasil.
- Onde o senhor mora?
- Moro na França, em Paris.



Profissão

o médico	a médica
o professor	a professora
o jornalista	a jornalista
o cozinheiro	a cozinheira
os arquitetos	as arquitetas
os psicólogos	as psicólogas
o consultor	a consultora
o camelô	a camelô
o microempresário	a microempresária

Sua profissão:

Eu sou

2 dois

Fonte: LIMA et al. (2008, p. 2)

A imagem apresenta um enunciado que se utiliza de duas modalidades da linguagem, verbal e não verbal³, pois concebemos o enunciado como “uma função que cruza um domínio de estruturas e de unidades possíveis e que faz com que apareçam, com conteúdos concretos, no tempo e no espaço” (Foucault, 2008c, p. 98).

O nível verbal do enunciado acima é organizado em três partes principais – um diálogo modelo, uma lista de profissões com suas variações de gênero e um espaço para prática escrita –, o conteúdo adota uma abordagem que integra aspectos comunicativos e gramaticais, privilegiando tanto a interação real quanto a sistematização lexical.

A inclusão de termos formais e informais, assim como a distinção entre formas masculinas e femininas, evidencia uma preocupação com a diversidade linguística e a aplicabilidade prática do vocabulário. Esse tipo de exercício, ao combinar *input* (exposição passiva de vocabulário e estruturas linguísticas) contextualizado e produção guiada, pode ser especialmente útil para consolidar o aprendizado de iniciantes, incentivando tanto a memorização quanto o uso ativo da língua em situações cotidianas, além de participar da constituição de práticas linguísticas

³ Foucault propõe que a linguagem possui duas dimensões: uma verbal, em que o sentido aparente pode ocultar um significado mais profundo (como na alegoria e hypnoia dos gregos), e outra não verbal, onde elementos do mundo — como a natureza, objetos ou gestos — também comunicam, mesmo sem usar palavras. Assim, ele sugere que tanto o que se diz quanto o que não é dito explicitamente carrega sentidos, revelando que o mundo é permeado por formas diversas de linguagem. (Foucault, 2008a, p. 40)

reguladas, nas quais o aprendiz é conduzido a ocupar posições de sujeito comunicativamente operáveis em situações cotidianas.

O nível não-verbal também apresenta a foto de um homem em um ambiente que, por suas características visuais, pode ser interpretado como um estúdio de telejornalismo ou uma redação jornalística. Esse homem está vestido formalmente, com terno escuro, camisa branca e gravata clara, elementos que são tradicionalmente associados à autoridade, neutralidade e ao profissionalismo. A escolha do figurino contribui para a construção simbólica de credibilidade, típica da figura do apresentador de notícias.

A postura corporal é outro aspecto relevante na composição da imagem. Sentado de forma ereta, com os braços posicionados sobre uma mesa e as mãos interagindo com papéis e uma caneta, o sujeito jornalista é retratado em plena atividade profissional. Essa mise-en-scène remete à ideia de concentração, preparo e domínio do conteúdo, reforçando seu papel como mediador da informação. Podemos ainda dizer que essa imagem funciona como operador de verdade, pois apresenta um modelo de sujeito profissional confiável e socialmente valorizado.

Ao lado da foto há um pequeno texto indicando tratar-se do jornalista brasileiro Heródoto Barbeiro. Em seu site pessoal o jornalista descreve a si próprio como “renomado jornalista e comunicador multifacetado, traz sua expertise marcante para os principais veículos de comunicação”. O jornalista é âncora no Jornal da Nova Brasil – Grupo Thathi, “mantendo o público informado de maneira envolvente” (Barbeiro, 2025). Heródoto é considerado um renomado jornalista e um comunicador multifacetado. Sua experiência inclui passagem pelo jornal da CBN, onde foi âncora. Possui em seu currículo passagem em programas televisivos de debate público como Roda Viva (TV Cultura) e do Opinião Nacional, espaços institucionais que funcionam como instâncias de validação e autorizam sua emergência como figura legítima de um trabalhador midiático no interior do arquivo jornalístico, mas também como um trabalhador brasileiro governável: competente, produtivo, eficiente.

O cenário de fundo, embora ligeiramente desfocado, revela um espaço composto por mesas, pilhas de documentos e equipamentos eletrônicos – materialidades que funcionam como elementos que situam o ambiente como uma redação ativa ou estúdio jornalístico. Tais materialidades participam da economia visual do enunciado (o modo como são distribuídos, hierarquizados e regulados para

produzir efeitos de visibilidade, de verdade), inscrevendo o sujeito em um domínio institucional específico de produção da informação.

A iluminação centrada na figura humana sugere um foco narrativo, típico da estrutura visual de programas televisivos, em que o apresentador é o ponto de ancoragem da narrativa informativa. A composição da imagem mobiliza, assim, um conjunto de regularidades visuais sedimentadas no arquivo midiático do jornalismo televisivo que auxiliam na produção da centralidade simbólica e importância desse sujeito no processo comunicativo. Cria um efeito de intericonicidade, em que a imagem do jornalista remete a uma memória coletiva de credibilidade midiática, reforçando o regime de verdade que o material didático deseja instaurar (Courtine, 2013.p 126).

Ao analisar a primeira lição do livro didático, que tem como proposta principal iniciar uma conversa e ajudar no processo de conhecer alguém, chama atenção o foco dado ao tema do trabalho. Isso nos faz refletir: por que apresentar apenas enunciados relacionados a profissões formais, como a de um trabalhador exercendo sua função, e não incluir outras ocupações tão presentes no universo educacional, como estudantes, concurseiros, universitários, autodidatas ou intelectuais? Considerando que o livro é voltado para o ambiente educacional, seria interessante valorizar também essas figuras, que fazem parte do cotidiano dos prováveis leitores. Observa-se, nesse ponto, um processo de rarefação do discurso, na medida em que o material privilegia profissões formais e de prestígio, enquanto outras formas de inserção permanecem fora do campo de visibilidade. Tal seleção não é aleatória, ela delimita os modos legítimos de existência laboral que o livro torna dizíveis e valorizados.

A presença desse tipo de enunciado logo no início da lição indica que, nesse contexto brasileiro (início dos anos 2000), a profissão ocupa um papel central na construção discursiva do sujeito – quase tão essencial quanto informações básicas como o nome, a idade ou preferências.

O sujeito é, também, convocado a dizer-se a partir de sua função produtiva (“– Qual é a sua profissão? – Trabalho no Jornal do Brasil”) e do lugar onde reside (“– Onde o senhor mora? – Moro na França, em Paris”). A profissão funciona como operador de utilidade econômica, e o “morar na França” funciona como operador de diferenciação, o que contribui para inserir o sujeito em um regime de prestígio cultural historicamente associado ao espaço europeu e, de modo particular, à França. O *novo*

Avenida Brasil 1 produz uma subjetividade desejável, na qual circular por certos espaços globais, como Paris, funciona como índice de valorização social, sugerindo que certos lugares do mundo produzem sujeitos mais autorizados a falar e a existir socialmente.

O sujeito trabalhador brasileiro que se apresenta como alguém que “mora na França” é produzido como sujeito cosmopolita, legitimado por uma geopolítica do saber e da cultura. Além disso, ele expõe o quanto o trabalho está enraizado na forma como nos apresentamos e nos reconhecemos socialmente, reforçando sua importância na definição de quem somos no coletivo.

Observaremos no arquivo mobilizado pelo *Novo Avenida Brasil 1* delimita as condições de enunciabilidade do sujeito trabalhador contemporâneo, evidencia as regularidades que tornam certas formas de existência mais visíveis, dizíveis e socialmente valorizadas que outras.

Exposta a relevância do trabalho para a constituição do sujeito no enunciado apresentado, é necessário que também entendamos o tipo ou perfil desse trabalhador. Em nossas primeiras análises, percebemos que esse trabalhador brasileiro é um homem branco, jovem adulto, que exerce uma profissão formal e de alto rendimento salarial, o que consolida um perfil de “sucesso” que marginaliza a maior parte da população brasileira. Essa grade de especificação marca a primeira série enunciativa de nossa análise, composta por enunciados relativos a profissões de alto rendimento.

Essas mesmas grades de especificação surgem em outro enunciado presente no livro, dessa vez na parte final da obra destinada a exercícios de revisão sobre o verbo “poder” e sobre o tempo. O nível verbal do enunciado apresenta Alice como uma jovem secretária que trabalha na empresa “Volvo”, localizada em Curitiba. Ela é descrita como uma pessoa ativa, que concilia diferentes atividades em sua rotina semanal.


De forma específica, o texto informa que Alice trabalha 20 horas por semana e, no período noturno, cursa Psicologia na universidade. Além disso, às quartas-feiras ela segue um cronograma específico: trabalha até o meio-dia no escritório, almoça à uma hora da tarde, frequenta aulas de inglês às 15h e, à noite, estuda na biblioteca universitária. A descrição caracteriza um sujeito privilegiado, por trabalhar em uma empresa reconhecida e renomada mundialmente e em um horário flexível, ao mesmo

tempo que lhe é possibilitado formação acadêmica em um curso superior e aprimoramento de suas competências linguísticas.

O enunciado das questões, presente ao lado do texto, direciona o leitor a localizar informações específicas: a profissão de Alice, seus horários de trabalho e estudo, bem como aspectos de sua disponibilidade para atividades sociais em determinados horários. A estrutura das perguntas visa exercitar a capacidade de leitura literal e a inferência de disponibilidade temporal com base nas informações do texto. Por exemplo, a pergunta “Alice pode ir ao clube quarta-feira de manhã?” exige que o leitor relacione a informação de que ela trabalha no escritório até o meio-dia com a impossibilidade de estar livre durante esse período.

Figura 2 – Trecho do caderno de exercícios

A1/5 5 Alice
Leia o texto e responda às perguntas.



Alice é secretária na “Volvo” em Curitiba. Ela é uma pessoa muito ativa. Ela trabalha 20 horas por semana na “Volvo” e à noite estuda Psicologia na universidade. Quarta-feira é um dia típico. Ela trabalha no escritório até meio-dia. À uma hora ela almoça e às 3 horas vai à aula de inglês. De noite ela estuda na biblioteca da universidade.

c) Qual é a profissão de Alice?

d) Quando ela trabalha no escritório?

e) A que horas ela almoça?

f) Alice pode ir ao clube quarta-feira de manhã?

g) Ela pode tomar café com Pedro, às duas horas?

Fonte: LIMA et al. (2008, p. 68)

A imagem que acompanha o texto mostra uma jovem mulher de cabelos longos, vestida com roupas formais (camisa branca), posicionada de perfil em um ambiente fechado que aparenta ser corporativo ou institucional, com iluminação artificial e estantes ou divisórias ao fundo. O ambiente corporativo (empresa, escritório, redação, instituição formal etc.) inscreve o sujeito em um espaço que, historicamente, legitima o trabalho qualificado. Produz também um efeito discursivo institucionalizado segundo o qual o trabalho aparece como norma.

A expressão facial é neutra, com leve sorriso, reforçando a imagem de profissionalismo e dedicação compatível com a descrição textual. A fotografia contribui

para dar concretude à figura de Alice e facilita a identificação da personagem, além de promover uma associação visual com o ambiente de trabalho e estudo descrito.

No entanto, vale ressaltar que a imagem não é ilustrativa apenas “Alice”, podendo ser entendida como uma formação discursiva que torna certos corpos profissionais visíveis e inteligíveis. Essa mulher, em traje formal e em ambiente corporativo, aparece no/do interior de regularidades que associam profissionalismo, juventude e inserção institucional a formas legítimas de existência laboral, sendo resultado de regras históricas de visibilidade e inteligibilidade que definem quem pode aparecer como trabalhadora legítima.

Levando em consideração tanto os enunciados da figura 1 quanto os da figura 2 podemos apontar que se encontra entre todos esses enunciados uma certa regularidade (Foucault, 2008a) que não se reduz a simples repetição de um assunto ou tema. É possível se apreender sentidos novos de cada um, pois, segundo Foucault (2007, p. 26), “O novo não está no que é dito, mas no acontecimento de sua volta”. Sendo assim, esse acontecimento que perpassa os enunciados é o que interessa em nossa análise.

A regularidade que atravessa as Figuras 1 e 2 indica a presença de uma formação discursiva que, no interior do arquivo do ensino de português para estrangeiros, presente no *Novo Avenida Brasil 1*, privilegia determinados perfis de trabalhador como modelos de inteligibilidade social, indicando um padrão normativo de trabalhador.

Essa regularidade observada refere-se a série discursiva do sujeito brasileiro trabalhador de alta renda salarial. Ainda que a Figura 2 esteja situada em outra parte do livro didático, voltada a revisão de vocabulário, percebe-se novamente uma ênfase no ambiente de trabalho, em profissões privilegiadas e em um perfil de trabalhador. Isso se manifesta tanto por meio do enunciado visual, que apresenta elementos associados a escritórios/empresa e ao perfil de uma trabalhadora branca e jovem, quanto pelo enunciado verbal, que reforça a ideia de que Alice possui um bom trabalho ao destacar que ela atua como secretária em uma empresa de grande porte, a “Volvo”, com uma carga horária privilegiada de apenas 20 horas semanais. Essa jornada reduzida garante o tempo e a estabilidade necessários para investir em seu desenvolvimento profissional, o qual, por si só, já transmite um determinado status de

riqueza e privilégio em relação a outras pessoas que estão na informalidade, ou a outras pessoas que não possuem rendimento.

Também ganha destaque o seu curso de Psicologia que é uma formação altamente procurada e reconhecida por possibilitar o acesso a cargos de alto rendimento salarial (Yamamoto et al, 2011, p. 209), enquanto o domínio do inglês reforça esse prestígio social, sendo uma língua que permite ao indivíduo transitar em ambientes de maior status e influência (Santos; Mastrella-de-Andrade, 2016 p. 542).

Em relação às grades de especificação desse enunciado (Foucault, 2008a), observam-se quatro categorias com maior evidência: mulher, branca, jovem adulta e trabalhadora de alto rendimento salarial. Trata-se, portanto, de uma configuração muito semelhante a apresentada na figura 1, onde o sujeito é especificado como homem, branco, jovem adulto e trabalhador de alto rendimento salarial. Essas grades de especificação delimitam quais corpos e trajetórias se tornam mais facilmente reconhecíveis como trabalhadores legítimos em uma nação de economia emergente.

Apesar da diferença em uma das categorias (gênero sexual), há uma continuidade temática, ou melhor, uma regularidade centrada na figura do trabalhador, jovem adulto, branco e de alto rendimento salarial. A recorrência de sujeitos jovens no livro indica um valor econômico e biopolítico. Na racionalidade neoliberal contemporânea, a juventude costuma ser associada a produtividade, adaptabilidade, empregabilidade, investimento em si, e funciona como tecnologia de valorização do sujeito trabalhador.

Nas Figuras 1 e 2, há uma regularidade enunciativa que articula emprego institucionalizado, qualificação permanente, capacidade de consumo e perspectiva de mobilidade social. Sob uma leitura arqueogenealógica, tal articulação evidencia o funcionamento de uma racionalidade governamental que produz o trabalhador como sujeito-investidor de si, para quem a formação educacional opera como tecnologia de valorização do capital humano. O Jornalista e secretária são posicionados em um mesmo horizonte normativo de subjetivação, no qual a inserção em grandes corporações, o acúmulo de credenciais e o acesso ao consumo aparecem como marcadores legítimos de sucesso e pertencimento social.

Essa rede de regularidades enunciativas torna-se ainda mais inteligível quando situada no horizonte histórico das primeiras gestões do governo Luiz Inácio Lula da Silva (2003–2011), período marcado pela intensificação de políticas de inclusão

educacional, expansão do crédito e ampliação do acesso ao consumo. Os enunciados 1 e 2 passam a circular com maior força em um regime de verdade que valoriza o investimento em capital humano, a empregabilidade e a mobilidade social como trajetórias desejáveis, o que nos permite dizer que o livro didático pode ser compreendido como uma tecnologia discursiva que participa da produção de um regime de verdade sobre o trabalhador brasileiro. As figuras do jornalista e da secretária inscrevem um sujeito trabalhador alinhado à racionalidade de ascensão pelo trabalho qualificado e pelo consumo legitimado.

Outro enunciado que demarca em parte essa regularidade é o da figura 4, que é um recorte da lição 6 do livro direcionada para o estudo do vocabulário do dia a dia. O enunciado apresenta um recorte textual intitulado “O dia-a-dia de duas brasileiras”, no qual são descritas as rotinas de duas mulheres.

Figura 3 – Trecho da lição 6

A1 O dia-a-dia de duas brasileiras

37
38

Dona Cecília, 38 anos, professora e dona-de-casa, 4 filhos.

Sou professora, e mãe de 4 filhos. Três vezes por semana, dou aulas numa escola particular. Como nossa casa é grande e dá muito trabalho, tenho uma empregada e uma faxineira. As crianças almoçam em casa. Durante a semana, à tarde, elas têm aulas de inglês, de teclado, de judô e de ballet. Eu as levo para lá e para cá o tempo todo. E depois, vou buscá-las. É terrível, mas, o que posso fazer? À noite, geralmente, ficamos em casa; mas, de vez em quando, às 6^{as}-feiras, meu marido e eu saímos. Às vezes, quando o tempo está bom, vamos à praia no fim de semana. Temos uma casa lá.



Dona Conceição, 43 anos, empregada doméstica, 4 filhos adolescentes.

Moro na periferia, longe do meu emprego. Levanto muito cedo, dou café para minha família e vou trabalhar. Tomo dois ônibus. Chego às 8 horas na casa da minha patroa. Limpo a casa, lavo e passo roupa, faço o almoço e arrumo a cozinha. Às 4 horas, vou para casa. Mais dois ônibus! Em casa, eu tenho muito serviço, mas o que posso fazer? Meus filhos, graças a Deus, já estão trabalhando: dois na fábrica, os outros, num supermercado. O Zeca vai à escola à noite. Ele diz que gosta de estudar.



Fonte: LIMA et al. (2008, p. 44)

Dona Cecília relata sua rotina como professora e mãe. Ela dá aulas três vezes por semana em uma escola particular e, por ter uma casa grande, conta com o auxílio de uma empregada e uma faxineira. Suas crianças almoçam em casa e, à tarde, frequentam diversas atividades, como aulas de inglês, teclado, judô e ballet. Dona Cecília as leva e as busca nos compromissos. À noite, geralmente fica em casa com

a família, mas eventualmente sai com o marido às sextas-feiras. Em alguns fins de semana, a família vai à praia, pois possui uma casa no local.

Essa organização doméstica, no entanto, não é apenas uma escolha individual, mas o reflexo de uma posição socioeconômica privilegiada que se distancia da realidade da maioria dos brasileiros. A capacidade de "terceirizar" o trabalho doméstico é um dos pilares que sustentam esse estilo de vida. Segundo Jessé Souza (2019), em sua obra *A elite do atraso*, essa dinâmica revela a persistência de estruturas escravocratas na modernidade, em que a classe média se utiliza do que ele denomina como "ralé de novos escravos" para garantir seu próprio conforto e disponibilidade de tempo:

A ralé de novos escravos será não só a classe que todas as outras vão procurar se distinguir e se afastar, mas, também, vão procurar explorar o trabalho farto e barato. Mais uma vez, nada de novo em relação ao passado escravista. Isso vale para as classes do privilégio, a elite econômica e a classe média, que monopolizam o capital econômico e o capital cultural mais valorizado e se utilizam da ralé como se utilizavam dos escravos domésticos, para serviços na família (Souza, 2019, p.113).

Outro marcador desse privilégio são os investimentos em atividades extracurriculares para os filhos e a manutenção de um alto padrão de consumo, como a posse de uma segunda residência, que evidenciam a transmissão de um "patrimônio de disposições". Para Souza (2019), a classe social não se define apenas pela renda, mas por uma "economia emocional" cultivada desde o berço, que prepara os indivíduos para o sucesso em mercados competitivos através da disciplina e do pensamento prospectivo.

As classes são reproduzidas no tempo pela família e pela transmissão afetiva de uma dada 'economia emocional' pelos pais aos filhos. [...] É esse 'patrimônio de disposições' para o comportamento prático, que é um privilégio de classe entre nós, que vai esclarecer tanto a ocupação quanto a renda diferencial mais tarde (Souza, 2019, p. 97).

Já em relação a sua profissão, sabemos que ser professor no Brasil nem sempre traz os salários mais altos do mercado, no entanto, é importante lembrar que essa é uma profissão que exige formação em nível superior, o que, por si só, já estabelece uma barreira de entrada e garante uma faixa salarial estatisticamente superior à média nacional. A própria formação em nível superior e o acesso a um capital cultural mais valorizado são características da classe média (Souza, 2019).

Em relação a forma como os enunciados visuais e verbais participam da produção de saberes sobre o trabalhador brasileiro (modo de vestir, ambiente de trabalho, postura corporal e objetos presentes na cena) torna visível uma configuração enunciativa que apresenta um modo específico de existência laboral: à esquerda da imagem uma professora em sala de aula, à direita, uma empregada doméstica em uma cozinha lavando louças. Quem ocupa a posição de um sujeito elitizado é uma mulher branca, o que demonstra a persistência de uma regularidade discursiva no material didático, associando-a à qualificação, inserção institucional e reconhecimento profissional. A imagem não só apresenta uma profissão de forma ilustrativa; ela faz emergir um objeto discursivo específico: duas mulheres com oportunidades diferentes.

Dona Conceição, por sua vez, descreve sua rotina como empregada doméstica. Ela mora na periferia e se desloca até o emprego usando dois ônibus. Sai de casa cedo, prepara o café para a família e chega às 8h na residência de sua patroa. Suas tarefas incluem limpar a casa, lavar e passar roupas, fazer o almoço e arrumar a cozinha. Às 16h, ela retorna para casa, também utilizando dois ônibus. No espaço doméstico, suas atividades continuam: ela relata que os filhos já trabalham – dois em uma fábrica, outros em um supermercado – enquanto o filho mais novo, Zeca, ainda frequenta a escola.

Esse enunciado organiza discursivamente uma forma específica de existência do sujeito trabalhador. Nessa narrativa, o tempo aparece rigidamente estruturado por atividades produtivas e reprodutivas, constituindo um regime de visibilidade em que o sujeito se define sobretudo por sua função no trabalho. Trata-se de um modo de dizer o trabalho que inscreve o corpo de Dona Conceição em uma economia prática marcada pela repetição de tarefas, pela circulação espacial entre periferia e centro e pela centralidade do esforço físico como princípio de valor.

Quando contrastada com a rotina apresentada por Dona Cecília, observa-se a emergência de duas formas distintas de subjetivação. Enquanto a rotina de Dona Cecília se organiza em torno da gestão do tempo, do investimento educacional e da mobilização de recursos culturais para o futuro dos filhos, a narrativa sobre Dona Conceição produz um sujeito cuja existência se encontra intensamente vinculada à execução contínua de atividades laborais e domésticas. Nesse sentido, o enunciado não apenas descreve uma condição social, mas participa da produção de uma grade

de especificação na qual determinados sujeitos aparecem como portadores de capital cultural e outros como portadores de força de trabalho.

Esse contraste evidencia como o privilégio de uma depende da exclusão da outra: enquanto os filhos de Cecília acumulam o "patrimônio de disposições" necessário para o sucesso, os de Conceição foram empurrados para o mercado de trabalho desqualificado, perpetuando um ciclo de desigualdade onde a carência de recursos e de tempo impede a ascensão social e mantém a estrutura de dominação herdada do passado escravista.

Postas em contrates, ambas as imagens revelam que a cor da pele também atua como marcador relevante na grade de especificações que organiza essas duas series enunciativas. Conforme já destacado, a representação de Dona Cecília, articulada aos enunciados das Figuras 1 e 2, consolida a série enunciativa centrada no trabalhador de alta renda, qualificado, caracterizada pela proximidade com instituições de saber, pelo domínio de um certo capital cultural e financeiro, pela branquitude⁴ e pela possibilidade de gestão do tempo como recurso de distinção social e sucesso profissional. Em contraposição, o enunciado sobre Dona Conceição inaugura uma série enunciativa distinta, na qual o sujeito trabalhador de baixa renda aparece associado ao trabalho manual, à repetição de tarefas domésticas e à centralidade do corpo como instrumento produtivo. Nesse regime de visibilidade, a figura da trabalhadora doméstica é construída como suporte material das práticas cotidianas que garantem a reprodução das condições de vida de outros grupos sociais.

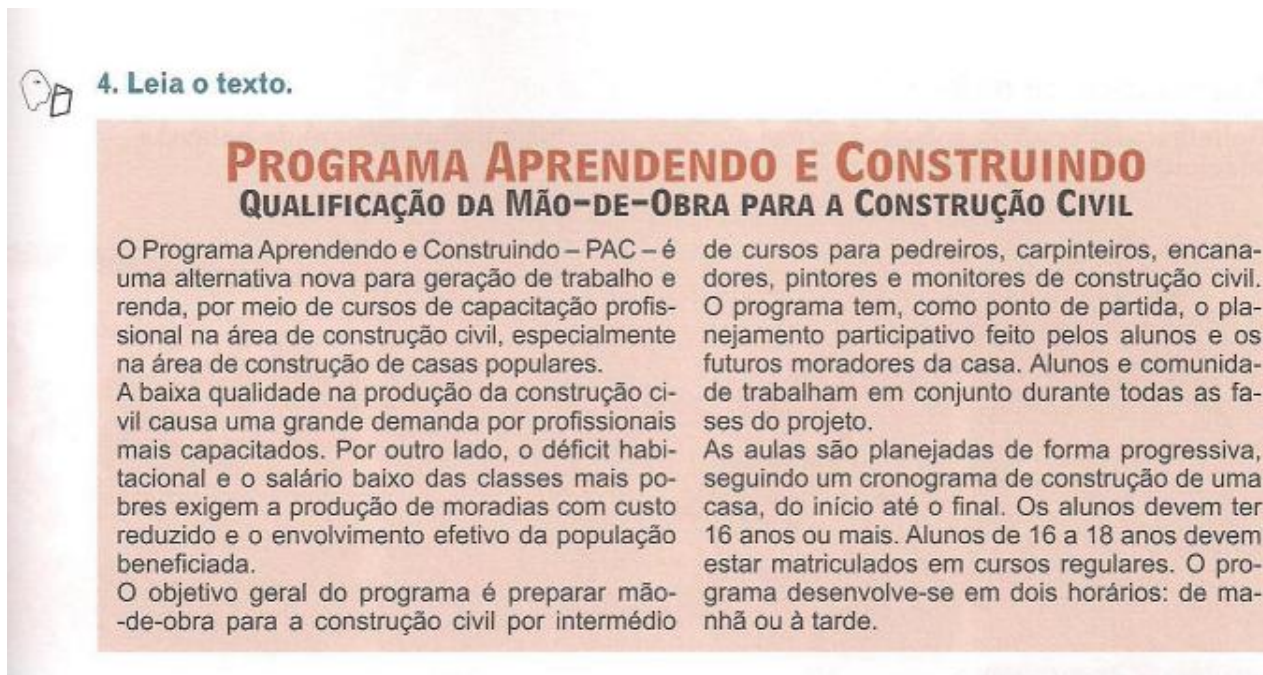
O material didático participa da produção de uma economia discursiva na qual diferentes posições de sujeito são tornadas inteligíveis. Ao articular imagens, narrativas e marcadores corporais como raça, espaço de trabalho e formas de uso do tempo, o conjunto de enunciados contribui para estabilizar determinadas formas de ver, dizer e compreender o trabalho na sociedade brasileira.

Outro enunciado constituinte da série enunciativa sobre o trabalhador de baixa renda pode ser observado na figura 4 onde é apresentado um texto que possui o seguinte título "Programa Aprendendo e Construindo: Qualificação da Mão-de-Obra

⁴ A branquitude é um conceito central nos estudos de raça e racismo, que se refere à identidade racial branca e aos privilégios associados a ela em sociedades estruturadas pelo racismo. Este conceito não se limita à cor da pele, mas abrange um sistema de vantagens estruturais, simbólicas e materiais que beneficiam pessoas brancas (Schucman, 2014, p.84).

para a Construção Civil", que descreve uma iniciativa voltada para capacitação profissional no setor da construção civil, com foco em moradias populares.

Figura 4 – Trecho da lição 5



4. Leia o texto.

PROGRAMA APRENDENDO E CONSTRUINDO
QUALIFICAÇÃO DA MÃO-DE-OBRA PARA A CONSTRUÇÃO CIVIL

O Programa Aprendendo e Construindo – PAC – é uma alternativa nova para geração de trabalho e renda, por meio de cursos de capacitação profissional na área de construção civil, especialmente na área de construção de casas populares.

A baixa qualidade na produção da construção civil causa uma grande demanda por profissionais mais capacitados. Por outro lado, o déficit habitacional e o salário baixo das classes mais pobres exigem a produção de moradias com custo reduzido e o envolvimento efetivo da população beneficiada.

O objetivo geral do programa é preparar mão-de-obra para a construção civil por intermédio de cursos para pedreiros, carpinteiros, encanadores, pintores e monitores de construção civil. O programa tem, como ponto de partida, o planejamento participativo feito pelos alunos e os futuros moradores da casa. Alunos e comunidade trabalham em conjunto durante todas as fases do projeto.

As aulas são planejadas de forma progressiva, seguindo um cronograma de construção de uma casa, do início até o final. Os alunos devem ter 16 anos ou mais. Alunos de 16 a 18 anos devem estar matriculados em cursos regulares. O programa desenvolve-se em dois horários: de manhã ou à tarde.

Fonte: LIMA et al. (2008, p. 41)

O texto apresenta o Programa Aprendendo e Construindo (PAC) como uma iniciativa voltada para a geração de trabalho e renda por meio da qualificação profissional na construção civil, contemplando áreas como alvenaria, carpintaria, encanamento e pintura.

Segundo Barros et al. (2004), esse projeto teve início no município de Lauro de Freitas, na Bahia, como uma iniciativa piloto e, posteriormente, foi expandido para outros 11 municípios do Estado. Ao todo, foram qualificados 3.184 alunos aprendizes e 394 monitores, além da construção de 427 unidades habitacionais populares. Um aspecto relevante é a ênfase no planejamento participativo, envolvendo tanto os alunos quanto a comunidade beneficiária, o que sugere uma abordagem colaborativa e sustentável para a construção de habitações de baixo custo.

Esse enunciado organiza modos de dizer tanto sobre uma política de capacitação profissional, como também sobre o trabalho e sobre o sujeito trabalhador. Ao apresentar a qualificação técnica como solução para o problema da geração de renda, o discurso organiza uma racionalidade segundo a qual a inclusão social passa a depender da capacidade de inserção do indivíduo em determinadas atividades

produtivas. Nesse contexto, a formação profissional aparece como mecanismo de adequação do sujeito às necessidades do mercado e às demandas de produção habitacional de baixo custo.

As ocupações mencionadas (pedreiro, carpinteiro, encanador e pintor) constituem uma regularidade discursiva que delimita um campo específico de inteligibilidade para o trabalho das classes populares. Essa lista de ocupações faz parte de um conjunto de enunciados que se repetem e se estabilizam em determinados discursos sobre qualificação profissional e inserção produtiva. Ao selecionar essas atividades, e não outras, como elementos do processo formativo do trabalhador, o texto participa da construção de um domínio de memória no qual o trabalho manual ligado à construção civil se torna a forma mais evidente, naturalizada e inteligível de inserção laboral para determinados segmentos da população.

Essa regularidade do enunciado funciona como uma grade de especificação que organiza o campo do trabalho segundo certas posições possíveis de sujeito. Nessa grade, as profissões apresentadas aparecem associadas à execução de tarefas materiais, ao domínio de técnicas corporais e à participação direta na produção do espaço urbano. O sujeito que emerge desse emaranhado discursivo é aquele cujo saber se define principalmente pela capacidade de realizar operações práticas como por exemplo levantar paredes, montar estruturas, instalar encanamentos ou aplicar revestimentos, operações características da construção civil. Assim, o conhecimento valorizado nesse campo não se vincula prioritariamente a formas de capital cultural escolarizado, mas à aquisição de habilidades técnicas diretamente relacionadas a esse tipo de produção.

Ao mesmo tempo, a repetição dessas ocupações em diferentes políticas de qualificação e discursos pedagógicos contribui para estabilizar um determinado saber sobre o trabalhador popular. Esse trabalhador aparece como alguém que deve ser preparado para atuar em atividades consideradas essenciais para a reprodução material da sociedade, mas que, ao mesmo tempo, ocupam posições historicamente menos valorizadas na hierarquia social do trabalho.

Dessa forma, o discurso, além de descrever possibilidades profissionais, participa da delimitação das posições socialmente pensáveis e disponíveis para certos grupos. Em outras palavras, essas ocupações integram um conjunto mais amplo de práticas discursivas que organizam a distribuição dos saberes e das funções sociais.

Ao definir quais atividades devem ser ensinadas, aprendidas e exercidas pelos sujeitos pertencentes às classes populares – o trabalhador de renda baixa – o discurso pedagógico contribui para produzir um regime de visibilidade no qual determinadas formas de trabalho se tornam evidentes, legítimas e esperadas para esses sujeitos. Nesse sentido, a regularidade enunciativa não apenas nomeia profissões, mas participa da construção de um modo específico de pensar, organizar e governar o trabalho no interior da sociedade.

A regularidade dos enunciados dessa série, do qual o enunciado anterior faz parte, também encontra ressonância na política de empregabilidade do governo Lula (2003-2010), período em que a formalização laboral e a inclusão produtiva – inclusive de indivíduos com baixa escolaridade ou sem qualificação técnica – tornaram-se eixos centrais da economia nacional. Esse processo foi sustentado pela melhoria das condições de vida das classes trabalhadoras, consolidada pela política de valorização real do salário-mínimo, pelo fortalecimento institucional dos sindicatos, pela expansão do acesso ao crédito popular, elementos centrais de uma nova racionalidade econômica voltada para a inclusão de trabalhadores de baixa renda no circuito produtivo (Rodrigues, Ramalho e Conceição, 2008, p. 56). Longe de ser neutra, essa dinâmica inscreveu o trabalhador de baixa renda em uma rede de poder-saber que o constituiu como um agente econômico ativo. Assim, sua empregabilidade passou a ser valorizada e incentivada dentro de um projeto de desenvolvimento que demandava mão de obra imediata, ressignificando a ausência de qualificação prévia que, em outros contextos discursivos, seria vista como um impedimento intransponível.

Sob essa perspectiva, o trabalhador de baixa renda passa a ser constituído discursivamente como agente econômico ativo, cuja empregabilidade deve ser estimulada por meio de políticas de qualificação e inserção produtiva. A ausência de formação técnica prévia, que em outros contextos poderia aparecer como obstáculo à inserção no mercado de trabalho, passa a ser ressignificada como um campo de intervenção das políticas públicas e dos programas de capacitação profissional.

Desse modo, o enunciado sobre o Programa Aprendendo e Construindo, além de descrever uma iniciativa de geração de renda, integra um conjunto mais amplo de práticas discursivas que articulam educação, trabalho e políticas públicas. Ao mobilizar saberes técnicos, estratégias pedagógicas e discursos de participação comunitária, o texto contribui para a produção de um regime de verdade no qual a

qualificação profissional aparece como caminho privilegiado para a inclusão social e para a gestão das desigualdades econômicas.

É nesse contexto que se torna pertinente observar o modo como essa formação discursiva se articula com outros enunciados presentes no material didático. Nesse sentido, a Figura 5 apresenta uma imagem inserida na seção intitulada “Seis Brasileiros”, composta por seis relatos em primeira pessoa nos quais indivíduos de diferentes regiões e ocupações descrevem suas atividades na semana anterior. O texto é descritivo e pessoal, organizado em primeira pessoa, e ilustra a diversidade de rotinas no trabalho vivenciadas por brasileiros. O conjunto é acompanhado por seis fotografias que representam visualmente os autores/personagens dos relatos, funcionando como um dispositivo imagético que reforça e estabiliza os perfis narrados.

Figura 5 – Trecho da lição 6

C1 Seis Brasileiros

Perguntamos a 6 brasileiros o que eles fizeram na semana passada. Eis as respostas.
1. A que textos correspondem as fotos?



1) Estudante — Brasília: “Na semana passada, pela manhã fui à faculdade. Tive uma prova difícil, mas não sai da rotina. 2ª e 3ª, à tarde, dei aula de matemática para dois alunos do ensino médio. À noite, fui para minha aula de inglês. Na 4ª-feira, fiz ginástica na academia perto de casa. No sábado, estive num barzinho da moda com minha namorada. É só.”



2) Vendedor — Natal: “Sou vendedor ambulante, na semana passada ou hoje é sempre a mesma coisa. Sai de casa às 6 horas da manhã com minha mercadoria. Fui para a praia e fiquei por lá o dia inteiro. Vendi muito pouco e já gastei a metade pagando as contas atrasadas. O que sobrou não vai dar para passar a semana.”



3) Empresário — São Bernardo: “Sou uma pessoa muito metódica. Na semana passada, como sempre, me levantei às 6h30, fiz 40 minutos de caminhada, em seguida, tomei banho e li todos os jornais como de costume. Cheguei ao escritório às 9 em ponto. Eu me reuni com meus assessores, recebi alguns clientes. Na 2ª, almocei com o diretor financeiro de um banco e na 5ª, jantei fora com colegas do setor para tratar de negócios. No fim de semana fui com a família para a fazenda.”



4) Guia turístico — Manaus: “Na semana passada, estive aqui um grupo de jovens interessados em ecologia. Em geral, os turistas brasileiros querem fazer compras na zona franca. É mais barato. Mas esses rapazes quiseram subir o rio Negro, de barco, para conhecer a selva. Dormimos duas noites no barco e fizemos uma caminhada na mata. Não gostaram nem um pouco do clima e reclamaram dos mosquitos, mas acho que a experiência foi positiva.”



5) Atriz — Rio de Janeiro: “Minha semana foi uma loucura! No fim de semana estive em Salvador participando de um show. Na 2ª-feira, acordei ao meio-dia e fui para o estúdio gravar a novela das 8. Na 3ª de manhã, gravei um comercial para a TV. Na 4ª-feira, fomos com a equipe para Búzios e rodamos algumas cenas externas. Na 5ª, estive em São Paulo e não pude ir ao show do Caetano. Na 6ª-feira, ficamos no estúdio trabalhando. E no fim de semana voltei a São Paulo para preparar nossa nova peça.”



6) Trabalhador — Porto Alegre: “Meu dia-a-dia é muito cansativo. A semana passada não foi diferente. Peguei o ônibus às 6 horas e às 7 horas comecei a jornada na fábrica. Tivemos muito serviço, um colega não foi trabalhar porque está doente. Na 6ª-feira, depois do trabalho, joguei sinuca com o pessoal e quase perdi o ônibus. No sábado fiz supermercado e no domingo, fomos à casa da minha sogra. Aproveitei para assistir o jogo Inter x Grêmio na televisão.”

Para além de depoimentos individuais, observamos a constituição de um pequeno arquivo sobre o trabalho no Brasil. Ao articular relatos pessoais, imagens e marcadores espaciais, como as cidades de origem, o material didático organiza um regime de visibilidade no qual determinadas formas de existência laboral são tornadas inteligíveis e representáveis.

O primeiro enunciado apresenta um estudante de Brasília, cuja semana é descrita como um mosaico de atividades acadêmicas, esportivas e sociais. Ele menciona provas difíceis, aulas particulares de matemática, treinos na academia e encontro de lazer com a namorada. A imagem correspondente mostra três jovens sorrindo em ambiente urbano, vestidos com roupas semiformais, diante de uma fachada comercial ou painel publicitário.

A composição visual produz um efeito de sociabilidade leve e integrada ao espaço urbano moderno. Embora se trate de um estudante, sua rotina aproxima-se de uma racionalidade produtiva marcada pela gestão disciplinada do tempo e pelo investimento no capital cultural. Nesse sentido, o enunciado o posiciona como um sujeito em processo de acumulação de recursos simbólicos que poderão ser convertidos em posições privilegiadas no mercado de trabalho.

O enunciado seguinte refere-se a um vendedor ambulante de Natal-RN, cuja semana é narrada como repetitiva e marcada pelo trabalho informal e extenso. Ele relata passar os dias na praia vendendo produtos, e menciona dificuldades financeiras ao final da semana. A imagem correspondente mostra um homem negro sozinho caminhando pela areia, carregando sacolas com cocos. A imagem enfatiza o esforço físico e a relação direta entre corpo e subsistência, compondo uma visualidade do trabalho marcada pela precariedade e pela informalidade.

O terceiro enunciado discorre sobre um empresário de São Bernardo do Campo-SP, cuja rotina é descrita de forma disciplinada e estruturada: acorda cedo, lê jornais, vai ao escritório, participa de reuniões com assessores e janta com colegas de trabalho. No final de semana, visita a fazenda com a família. A imagem mostra um homem de terno e gravata sentado à mesa, escrevendo ou assinando documentos, com expressão séria. A postura formal e o espaço institucional reforçam a imagem de autoridade e profissionalismo.

O quarto enunciado é o de um guia turístico de Manaus, que acompanhou um grupo de jovens em atividades ecológicas, incluindo navegação pelo rio Negro e

caminhada na floresta. Ele comenta que os turistas não gostaram do clima e dos mosquitos, mas considerou a experiência positiva. Na imagem há dois homens negros, um sem camisa e outro vestido com uma camisa preta guiando o motor de um barco na parte traseira do barco enquanto duas turistas brancas estão sentadas na parte da frente.

O quinto enunciado é o de uma atriz do Rio de Janeiro, cuja semana foi marcada por viagens, gravações de comerciais e participação em eventos artísticos. Ela menciona passagens por Salvador, Búzios e São Paulo, além de ensaios e shows. A imagem correspondente mostra uma mulher branca maquiada e bem-arrumada, com expressão concentrada, provavelmente em camarim ou estúdio. O fundo escuro e a iluminação destacada reforçam o ambiente artístico e midiático citado no relato.

O último depoimento é de um trabalhador de Porto Alegre, que descreve uma semana cansativa, com jornada iniciando às 6 horas da manhã, cansativa, e com deslocamentos por ônibus e momentos de lazer modestos. A fotografia mostra quatro homens em ambiente de uma fábrica, usando capacetes de segurança e coletes refletivos. Dois deles estão sorrindo e os outros aparecem com os rostos entrecortados na imagem. A cena parece registrar uma pausa coletiva ou reunião informal no espaço externo da fábrica.

Este conjunto de enunciados ilustra a pluralidade de experiências dos brasileiros em diferentes realidades sociais, econômicas e geográficas. As fotografias atuam como complemento visual direto dos relatos escritos, reforçando os elementos narrados por meio da ambientação, expressão e modo de vestir. A combinação dos relatos com imagens proporciona uma visualização clara das duas séries enunciativas até aqui analisadas.

Considerados em conjunto, esses enunciados também constituem uma formação discursiva que organiza o campo do trabalho brasileiro por meio das duas séries enunciativas abordadas anteriormente. De um lado, encontram-se os sujeitos associados ao trabalho de alto rendimento: o estudante de Brasília, o empresário de São Bernardo e a atriz do Rio de Janeiro. Esses sujeitos habitam espaços de decisão ou de alta visibilidade e são descritos por viverem rotinas flexíveis, mobilidade espacial, acesso a recursos culturais e inserção em espaços de prestígio social.

Do ponto de vista da posição sujeito, esses enunciados produzem uma subjetividade marcada pelo privilégio, pela autonomia na gestão do tempo e pela

circulação em ambientes de decisão ou visibilidade pública. A branquitude que atravessa essas representações também funciona como marcador recorrente na economia visual do discurso, reforçando a associação entre capital cultural, prestígio e determinados corpos socialmente valorizados.

O enunciado que apresenta o estudante cuja semana é um mosaico de atividades acadêmicas, esportivas e sociais, embora seja um estudante, ele é inserido nesta série ao ser apontado como um professor particular, cuja especificidades nos permite enquadrá-lo como um trabalhador de alto rendimento em fase de acumulação de capital cultural. É válido notar que sua rotina (marcada por provas difíceis, aulas particulares de matemática e treinos na academia) mimetiza em certa medida a estrutura de um executivo.

Já o relato do empresário de São Bernardo é um enunciado exemplar da série do trabalhador de alto rendimento, pois sua rotina materializa o exercício do poder e o monopólio de recursos identificados como pilares da classe média e da elite brasileira (Souza, 2019). A estrutura de seu dia, que inclui a leitura de jornais e reuniões com assessores, evidencia o acúmulo de capital cultural e a capacidade de delegar tarefas, permitindo que ele se concentre na tomada de decisões e no comando, em oposição direta ao trabalho manual. O privilégio de um horário flexível, que possibilita o cuidado com a saúde e momentos de lazer qualificado, demonstra que o tempo, para este sujeito, é um recurso gerido para a manutenção de sua própria produtividade e distinção social

O relato da atriz encerra a série enunciativa dos trabalhadores de alto rendimento, consolidando uma subjetividade marcada por privilégios que, embora distinto da burocracia empresarial, compartilha a mesma grade de especificações. Sua rotina é definida por uma mobilidade geográfica constante entre polos de prestígio e lazer, como Salvador, Búzios e São Paulo, evidenciando um acesso facilitado a recursos e espaços de poder midiático, um reflexo do seu capital cultural. Diferente do empresário, cujo trabalho é organizacional, a atriz opera por meio da performance da imagem e do corpo; no entanto, esse corpo não é o da "tração muscular" exaustiva, mas um corpo investido de valor simbólico, estética e branquitude, elementos que funcionam como marcadores de distinção e autoridade no imaginário social brasileiro.

Sua presença em ambientes de gravação e eventos artísticos reforça a posse do "patrimônio de disposições" que permite ao sujeito transitar com naturalidade em

esferas de alta visibilidade e influência. A branquitude da atriz, aliada ao seu trânsito por locais de elite, reafirma a regularidade discursiva desta série: o trabalhador de alto rendimento é aquele que possui autonomia sobre seu deslocamento, domínio sobre sua imagem e o privilégio de ocupar espaços que reforçam sua superioridade sociocultural. Assim, o enunciado da atriz fecha o ciclo de representações do sucesso, naturalizando a ideia de que o prestígio e a mobilidade são atributos inerentes a uma classe que se mantém distante da labuta manual e da imobilidade imposta às classes populares.

Em contraposição, a segunda série enunciativa – o trabalhador de baixa renda – reúne o vendedor ambulante de Natal, o guia turístico de Manaus e o operário de Porto Alegre. Nesses casos, o trabalho aparece associado ao esforço físico, à instabilidade econômica e à dependência direta do corpo como instrumento produtivo. A visualidade dessas imagens enfatiza atividades realizadas ao ar livre, no espaço turístico ou industrial, reforçando a centralidade da dimensão material do trabalho.

A recorrência de corpos negros nesses enunciados também constitui um elemento significativo da grade de especificações que organiza essa série enunciativa. O trabalhador de baixa renda aparece frequentemente vinculado ao trabalho braçal, à informalidade ou à execução de tarefas operacionais.

O vendedor ambulante de Natal representa a face mais visível da precarização no Brasil. Sua semana é descrita como repetitiva, baseada no trabalho informal e extenso sob condições climáticas adversas. A fotografia do homem sozinho na praia, carregando sacolas de cocos, é a imagem da desolação produtiva. Não há "assessores" ou "reuniões"; há apenas o corpo negro em confronto com o peso e a areia. A menção às dificuldades financeiras ao final da semana expõe a incerteza de um rendimento que não garante o planejamento do futuro.

Assim como os outros dois enunciados dessa série, o guia turístico de Manaus também traz uma dimensão racial bem demarcada. Pois a imagem mostra dois homens negros operando o motor do barco enquanto duas turistas brancas ocupam a frente. Esta disposição espacial pode ser lida como uma metáfora da divisão racial do trabalho no Brasil.

O enunciado sobre o trabalhador de Porto Alegre apresenta o baixo rendimento no setor industrial. Sua jornada começa às seis horas da manhã, envolvendo deslocamentos exaustivos de ônibus e uma rotina de fábrica exaustiva. Além disso, o

"lazer modesto" citado no texto é o reflexo de um salário que permite apenas o consumo básico, sem acesso a fazendas ou viagens para Búzios. Esse operário é o exemplo do trabalho assalariado que, embora seja formalizado e possua uma faixa salarial maior que o trabalho informal, permanece penoso e limitado.

Essas duas séries enunciativas participam da produção de diferentes modos de subjetivação. Enquanto o trabalhador de alta renda é construído como sujeito de decisão, mobilidade e visibilidade social, o trabalhador de baixa renda aparece como sujeito cuja existência laboral se define pela repetição de tarefas, pelo desgaste físico e pela proximidade com a precariedade econômica.

Convém observar que as subjetividades até aqui trazidas ressoam em certa medida com as interpretações clássicas sobre a formação do povo brasileiro de Holanda (1995) e Ribeiro (2014), que destacam a persistência histórica de profundas desigualdades sociais e raciais no país. A dicotomia entre o trabalhador de alta renda (branco e privilegiado) e o de baixa renda (negro e braçal) reflete a herança do espírito "aventureiro" descrito por Holanda, que prioriza a riqueza sem esforço para a elite através da exploração do outro. Assim como a visão de Darcy Ribeiro sobre o Brasil como um "povo novo" forjado no "entrechoque" e na exploração revela que a unidade étnica nacional ainda convive com abismos sociais profundos, "os privilegiados simplesmente se isolam numa barreira de indiferença para com a sina dos pobres, cuja miséria repugnante procuram ignorar ou ocultar numa espécie de miopia social, que perpetua a alternidade" (Ribeiro, 2014, p. 19).

Dito isso, embora as séries enunciativas analisadas estabeleçam subjetividades que parecem abranger toda a população brasileira, o discurso revela o contrário, pois todo sistema de representação é, simultaneamente, um mecanismo de exclusão. Para Foucault (1999), o silêncio é um elemento integrante, estratégico e produtivo do próprio discurso. Em suas obras, como *A Ordem do Discurso* (1971) e *A História da Sexualidade I: a Vontade de Saber* (1999), Foucault demonstra que o que não é dito é tão significativo quanto o que é enunciado, pois o silêncio opera dentro de uma economia de poder que regula quem pode falar, sobre o que se pode falar e em que circunstâncias:

O próprio mutismo, aquilo que se recusa dizer ou que se proíbe mencionar, a discrição exigida entre certos locutores não constitui propriamente o limite absoluto do discurso, ou seja, a outra face de que estaria além de uma fronteira rigorosa, mas, sobretudo, os elementos que funcionam ao lado de (com e em relação a) coisas ditas nas estratégias de conjunto [...] não existe

um só, mas muitos silêncios e são parte integrante das estratégias que apoiam e atravessam os discurso (Foucault, 1999, p. 20-21).

Para Foucault, o silêncio é uma prática discursiva: ele não é o limite externo da linguagem, mas uma estratégia interna que permite ao poder exercer controle e rarefação sobre o discurso.

A análise da superfície discursiva sobre o trabalhador brasileiro realizada até aqui não se configura de forma diferente, pois a composição das duas séries enunciativas centrais – a do trabalhador de renda alta e a do trabalhador de renda baixa – que, apesar de sua aparente abrangência, operam um mecanismo estratégico de silenciamento. Ao delimitar o universo laboral a essas duas categorias, marcadas por diferenças entre cor, renda e privilégios, o discurso produz uma rarefação que exclui realidades laborais significativas, como, por exemplo, o trabalhador idoso, cuja presença é apagada pela centralidade conferida a sujeitos jovens e em plena fase produtiva; o trabalhador do campo, cuja invisibilidade reforça a centralidade do imaginário urbano na representação do trabalho brasileiro; e o trabalhador com deficiência, cuja ausência indica a persistência de um modelo implícito de corpo produtivo normativo.

O silenciamento do trabalhador idoso, no *Novo Avenida Brasil 1*, se manifesta na ênfase quase exclusiva em sujeitos jovens e em plena fase de acumulação de capital cultural ou de vigor produtivo. A figura do trabalhador é associada à agilidade, à tomada de decisão e à eficiência, elementos que, por exclusão, marginalizam a experiência da velhice no mercado de trabalho. Ao não enunciar o idoso, o discurso reforça um regime de verdade que pressupõe a inatividade ou a invisibilidade econômica após certa idade, ignorando a crescente necessidade e a realidade de milhões de brasileiros que continuam ativos e que representam um capital de experiência e conhecimento que é apagado da representação nacional do trabalho.

De forma semelhante ao que ocorre com outros sujeitos marginalizados, o trabalhador do campo também é produzido como ausência no conjunto de enunciados analisados. Observa-se em todos os enunciados uma regularidade que privilegia cenários como ambientes corporativos, redações, fábricas e o contexto de serviços e turismo, configurando um regime de visibilidade eminentemente urbano para a figura do trabalhador brasileiro. Segundo essa formação discursiva, o espaço da cidade

aparece como o lugar legítimo da produtividade e da inserção laboral, enquanto o universo rural permanece fora do campo de enunciação.

Não há menção ao agricultor, ao produtor familiar ou ao trabalhador da pecuária, como se a identidade laboral brasileira fosse intrinsecamente urbana. Esse silenciamento é particularmente significativo, pois desvincula a representação do trabalho da base agrária que historicamente sustenta o país, reforçando uma visão de "brasilidade" que ignora a complexidade e a diversidade das formas de subsistência e subjetividades que ocorrem fora dos grandes centros.

Ademais, o silenciamento do trabalhador com deficiência (PCD) configura um procedimento discursivo de exclusão que opera diretamente na esfera do corpo. Nos enunciados analisados, as narrativas e imagens fazem circular a ideia de um "corpo produtivo normalizado", no qual a eficiência física e a plena funcionalidade aparecem como pressupostos tácitos da atividade laboral. Seja nas representações do trabalho braçal de renda baixa, seja nas rotinas mais leves e privilegiadas associadas à renda alta, o que se observa é a recorrência de um mesmo regime de visibilidade: o trabalhador é aquele cujo corpo se ajusta espontaneamente às exigências produtivas.

A ausência de qualquer menção a adaptações, tecnologias assistivas ou à presença de pessoas com deficiência nos espaços de trabalho analisados, além de funcionar como um poderoso mecanismo de normalização, integra um jogo de regularidades discursivas que delimita quem pode aparecer como trabalhador legítimo. Tal silêncio opera como um mecanismo de normalização, na medida em que naturaliza um modelo corporal específico como condição de possibilidade para o exercício do trabalho.

O discurso falha em reconhecer o indivíduo PCD como parte da população trabalhadora, produzindo uma zona de invisibilidade que reforça barreiras sociais e profissionais e mantém essa população à margem das representações de sucesso ou mesmo de subsistência, ao exigir um corpo que não demande ajustes estruturais para ser considerado produtivo. O que se observa é que a enunciação do trabalhador brasileiro, ao se fixar em um modelo binário, de sucesso e precarização, utiliza o silêncio como tecnologia discursiva. Ao fazer isso preserva-se a hegemonia de certas formas de subjetividade laboral, relegando a invisibilidade a grupos cuja experiência laboral desafia a norma estabelecida.

Para além da análise da superfície discursiva, a compreensão da constituição discursiva do trabalhador brasileiro exige a investigação das instâncias de enunciação que detêm o status de definir o que é o trabalho e quem é o trabalhador. Duas esferas primárias exercem essa função de forma contundente: a Política e a Mídia. A Política, enquanto arena de poder, opera por meio de debates e disputas legislativas que versam sobre a concessão, manutenção ou retirada de direitos trabalhistas, definindo o marco jurídico e, conseqüentemente, o estatuto social do sujeito.

Paralelamente, a Mídia atua como um dispositivo de amplificação e validação, mobilizando pesquisas, argumentos e narrativas que contribuem para a consolidação de regimes de verdade⁵ sobre a natureza do trabalho e do trabalhador. Exemplos contemporâneos ilustram a intensidade dessas disputas: o movimento Vida Além do Trabalho (Vat), que questiona a jornada exaustiva 6x1 e busca a redução da carga horária (Serrano, 2024), enuncia o trabalhador como um sujeito que demanda tempo para a reprodução social e o lazer.

Outro exemplo marcante é a controvérsia sobre os direitos dos motoristas de aplicativos que evidencia a polarização discursiva: um campo argumenta pela figura do profissional autônomo e empreendedor, legitimando a desregulamentação e a ausência de vínculo, enquanto o campo oposto o enuncia como trabalhador explorado e desprovido de direitos, exigindo a intervenção estatal para garantir a proteção social (Martins, 2024). Tais embates demonstram que a definição do sujeito trabalhador é um campo de luta constante, em que a enunciação é a chave para a disputa de direitos e a construção de subjetividades.

A análise aqui proposta aproxima-se da perspectiva adotada por Marques (2018), ao investigar a fabricação discursiva do sujeito funcionário público maranhense. Assim como naquele estudo, compreende-se que os sujeitos sociais não são entidades naturais, mas efeitos de práticas discursivas atravessadas por relações de saber e poder. Desse modo, o trabalhador brasileiro representado no livro didático *Novo Avenida Brasil 1* é entendido como produto de um conjunto de discursos

⁵ Foucault (2011, p. 85) entende o regime de verdade como “o que força os indivíduos a um certo número de atos de verdade [...] Um regime de verdade é, portanto, o que constrange os indivíduos a esses atos de verdade, o que define, determina a forma desses atos e estabelece para esses atos condições de efetivação e efeitos específicos. Em linhas gerais, podemos dizer, um regime de verdade é o que determina as obrigações dos indivíduos quanto aos procedimentos de manifestação do verdadeiro”.

pedagógicos, econômicos e culturais que participam da construção de determinadas formas de subjetividade laboral.

Em nosso trabalho entendemos que o Estado moderno atua por meio da governamentalidade, a qual se exerce por meio de uma rede de práticas de governo simultaneamente individualizantes e totalizantes, responsáveis por orientar condutas, produzir saberes e regular práticas sociais, atuando na constituição de formas específicas de condução da população.

No estado brasileiro existem certos dispositivos de poder que atuam numa lógica neoliberal/liberal⁶. Esses dispositivos buscam a disciplina e normalização dos brasileiros em sujeitos brasileiros, ou seja, sujeitos dóceis, disciplinados e produtivos no interior de uma economia capitalista. Foucault (2015, p. 64) apresenta uma reflexão sobre a liberdade, no contexto da governamentalidade liberal/neoliberal em um curso ministrado no Collège de France:

[...] disse em algum lugar que não se podia compreender a implantação das ideologias e de uma política liberais no século XVIII sem ter bem presente no espírito que esse mesmo século XVIII, que havia reivindicado tão alto as liberdades, as tinha no entanto lastreado com uma técnica disciplinar que, pegando as crianças, os soldados, os operários onde estavam, limitava consideravelmente a liberdade e proporcionava de certo modo garantias ao próprio exercício dessa liberdade, pois bem, creio que me equivoquei. Nunca estou completamente equivocado, claro, mas, enfim, não é exatamente isso. Creio que o que está em jogo é algo bem diferente. É que, na verdade, essa liberdade, ao mesmo tempo ideologia e técnica de governo, essa liberdade deve ser compreendida no interior das mutações e transformações das tecnologias de poder. E, de uma maneira mais precisa e particular, a liberdade nada mais é que o correlativo da implantação dos dispositivos de segurança. Um dispositivo de segurança poderá funcionar bem, em todo caso aquele de que lhes falei hoje, justamente se lhe for dado certa coisa que é a liberdade.

⁶ O neoliberalismo pode ser compreendido como uma continuidade do liberalismo clássico. O liberalismo, surgido no século XVIII, defende a livre iniciativa, a mínima intervenção do Estado na economia e a crença de que o mercado, através da concorrência e do interesse individual, gera prosperidade e harmonia social. Pensadores como Adam Smith e David Ricardo acreditavam que a liberdade econômica era essencial para a justiça e a eficiência na sociedade. Já o neoliberalismo, que se fortaleceu no século XX, especialmente após a década de 1970, retoma esses princípios clássicos em reação às formas de regulação estatal criadas ao longo do século XX, como o Estado de bem-estar social e o keynesianismo. Os neoliberais, como Friedrich Hayek e Milton Friedman, defenderam a privatização, a desregulamentação e a redução do papel do Estado, adaptando o pensamento liberal às transformações de um capitalismo cada vez mais globalizado e financeirizado. No Brasil, o liberalismo se manifestou de forma limitada no século XIX e início do XX, principalmente como defesa do livre comércio e da propriedade privada, mas convivendo com forte intervenção do Estado (Moraes, 2001). Já o neoliberalismo ganhou força a partir dos anos 1990, especialmente nos governos de Fernando Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso, com a adoção de políticas de privatização de empresas estatais, abertura comercial, reformas administrativas e redução do papel do Estado na economia.

Essa reflexão de Foucault evidencia que a liberdade, nesse contexto, não é o oposto do poder, mas sim uma de suas condições essenciais. A liberdade é produzida, modulada e administrada como parte das estratégias de governo. No caso do Estado brasileiro não é diferente; os dispositivos de poder que operam numa lógica liberal não apenas impõem normas e saberes aos indivíduos, mas também fabricam uma noção de liberdade adaptada às exigências da ordem econômica e social. Trata-se de uma liberdade gerenciada, que pressupõe a vigilância constante, a disciplina e a normalização dos comportamentos para garantir a segurança e a produtividade do corpo social.

Nesse sentido, em nossa análise dos enunciados examinados, observamos o atravessamento de dispositivos de poder do Estado brasileiro voltados a atender uma das principais demandas da ordem econômica: a organização da força de trabalho. Acreditamos que tais dispositivos incorporam enunciados e discursos que produzem certas subjetividades ou silenciamentos sobre o sujeito brasileiro trabalhador, configurando saberes e práticas conforme os imperativos da economia.

Atendo-nos a instância onde essa formação ou definição do trabalhador ocorre, a instância jurídica, abordaremos o dispositivo das leis trabalhistas, mais especificamente o documento intitulado "Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e normas correlatas", sua primeira edição foi publicada em edição 2017 pelo Senado Federal, a obra expõe a estrutura normativa composta por dez instrumentos jurídicos fundamentais que regem as relações de trabalho no Brasil.

O documento inicia com uma apresentação institucional e a identificação dos responsáveis pela edição, avançando rapidamente para uma seção fundamental que reúne os dispositivos da Constituição Federal diretamente relacionados com o Direito do Trabalho, estabelecendo a base jurídica antes de entrar na legislação propriamente dita. Já o corpo principal da obra é dedicado à CLT (Decreto-Lei nº 5.452/1943), que constitui o núcleo das relações de trabalho no país. Esta parte está subdividida em Títulos que agrupam grandes temas, como as normas gerais de tutela do trabalho, as normas especiais, o contrato individual de trabalho e a organização sindical.

Além do texto base da CLT, a organização da obra destaca-se por incluir várias normas correlatas. Estas leis adicionais são essenciais porque complementam o código principal com regulamentações específicas que surgiram ao longo dos anos,

abrangendo temas como o direito à greve, o funcionamento do Seguro-Desemprego, o abono salarial e o 13º salário.

A CLT revela uma estrutura que, embora busque a proteção universal, acaba criando camadas de segurança muito mais robustas para trabalhadores com ensino superior e altos salários em comparação aos trabalhadores braçais e informais. No documento analisado, nota-se que profissões regulamentadas que exigem diploma, como químicos (Seção XIII), professores (Seção XII) e bancários (Seção I e Art. 919), possuem seções exclusivas com garantias adicionais de jornada reduzida, gratificações específicas e condições de trabalho diferenciadas. Essas normas funcionam como um reforço à estabilidade e ao bem-estar desse grupo, que já possui maior poder de barganha no mercado.

Já para o trabalhador braçal, a lei foca majoritariamente em limites de esforço físico e normas de segurança e medicina do trabalho, como o limite de carga de 60kg e a obrigatoriedade de assentos em pausas. Embora fundamentais para a integridade física, essas normas são frequentemente de difícil fiscalização e não garantem a ascensão social ou a proteção contra a precariedade financeira. Por outro lado, o trabalhador informal nem direito a isso possui, ele permanece em uma zona de exclusão total, pois os direitos previstos na CLT, como férias, 13º salário e aviso prévio, dependem exclusivamente do registro em carteira. Sem esse vínculo formal, esse trabalhador fica desamparado perante as crises econômicas e a exploração (Fontes, 2010, p. 2).

É crucial ressaltar que a análise precedente se baseia na Consolidação das Leis do Trabalho em sua configuração anterior à Reforma Trabalhista de 2017. Essa reforma intensificou essa desigualdade ao flexibilizar diversos pontos da legislação, como a prevalência do negociado sobre o legislado e a introdução de novas modalidades de contratação, como o trabalho intermitente, teve como um de seus efeitos o aprofundamento da desigualdade entre os trabalhadores (Michelin et al, 2024, p. 218-219). Para os profissionais de alto rendimento e com maior qualificação, a reforma pode ter oferecido maior flexibilidade e oportunidades de negociação individual, alinhadas às suas expectativas de carreira e remuneração. Contudo, para o trabalhador de baixo rendimento, especialmente o braçal e o informal, a flexibilização resultou em maior precarização, redução de direitos e uma dificuldade ainda maior de acesso a proteções que já eram escassas, ampliando a distância entre

os diferentes perfis de trabalhadores no cenário legal brasileiro. Segundo Oliveira e Silva (2023, p. 34),

o perfil dos trabalhadores contratados como intermitentes está mais relacionado ao de indivíduos com maior dificuldade de inserção no mercado de trabalho, incluindo aqueles com faixa etária menor, homens não brancos (fundamentalmente pretos e pardos) e com escolaridade máxima até o ensino médio completo. Esses contratos também se concentram em atividades menos complexas e marcadas por maiores índices de rotatividade, como comércio, serviços e construção civil.

Portanto, desse modo torna-se visível que CLT assume a função de dispositivo na constituição e circulação de verdade acerca do trabalhador brasileiro, fazendo emergir discursos e subjetividades (sobre os trabalhadores de alta e baixa renda) enquanto silencia outros (os trabalhadores do rurais, idosos e com deficiência).

Em relação aos trabalhadores silenciados, para os trabalhadores rurais, o documento reafirma o princípio da igualdade de direitos em relação aos trabalhadores urbanos, um marco consolidado pela Constituição de 1988. Entre os pontos de destaque, o documento menciona a obrigatoriedade do salário-mínimo capaz de suprir as necessidades vitais e o direito à gratificação de Natal (13º salário), que se estende inclusive aos contratos de safra. No âmbito da segurança do trabalho, o texto impõe normas rigorosas para o trabalho a céu aberto, exigindo que o empregador forneça proteção contra intempéries (insolação, calor e frio), além de garantir alojamento e água potável. Foram identificados apenas cerca de 7 dispositivos (entre artigos e incisos) que tratam diretamente desse regime.

Já sobre o trabalhador com deficiência o documento destaca que o contrato de aprendizagem, que geralmente possui limites de idade e duração, é flexibilizado para este grupo: não há idade máxima para o aprendiz com deficiência, e o contrato pode ser prorrogado além dos dois anos regulamentares. Um ponto crucial é a proteção contra a demissão por desempenho insuficiente: o documento veda a rescisão se ficar comprovado que a empresa não forneceu as tecnologias assistivas e os recursos de acessibilidade necessários. A proibição de qualquer discriminação salarial ou de admissão também é um pilar central. Ao todo, identificam-se ao menos 5 referências diretas a esse grupo.

Por fim, para o trabalhador idoso a CLT oferece salvaguardas contra o etarismo. A idade é explicitamente protegida como um bem jurídico; ofensas relacionadas à

idade do trabalhador podem gerar indenizações por danos extrapatrimoniais. Além disso, a Constituição Federal proíbe qualquer diferença de critérios de admissão baseada na idade. O documento também disciplina aspectos da aposentadoria, garantindo que a cessação do contrato por este motivo não prejudique o recebimento de verbas proporcionais, como o 13º salário. Nota-se também uma preocupação com a saúde física, como no caso do trabalho em minas de subsolo, onde há um limite de idade para a permanência na atividade. Foram contabilizados cerca de 4 dispositivos focados nestas garantias, mas nenhum que se refira ao trabalhador idoso.

O arcabouço da Consolidação das Leis do Trabalho emerge, portanto, como um dispositivo de poder no sentido foucaultiano, atuando na constituição e circulação de verdades sobre o trabalhador brasileiro. Conforme Foucault (2015, p. 64) observa, a própria liberdade, muitas vezes percebida como antítese do poder, é na verdade "o correlativo da implantação dos dispositivos de segurança", sendo produzida e administrada para garantir a disciplina e a produtividade. Nesse contexto, a CLT não apenas organiza a força de trabalho, mas também opera por meio de práticas divisoras, que estratificam os trabalhadores. Evidencia-se uma proteção robusta para aqueles de alta renda e qualificação, com seções exclusivas e garantias adicionais, enquanto os trabalhadores de baixa renda, braçais e informais, são relegados a uma proteção precária e de difícil fiscalização, ou mesmo à exclusão total. Mais do que isso, a CLT promove o silenciamento de categorias vulneráveis, como trabalhadores rurais, para os quais poucos dispositivos específicos são identificados, e pessoas com deficiência, cujas flexibilizações contratuais não garantem um arcabouço protetivo amplo. O trabalhador idoso, por sua vez, embora protegido contra o etarismo, não é diretamente contemplado com um conjunto de normas que abordem suas especificidades no ambiente laboral. Assim, a CLT, ao invés de ser um instrumento de proteção universal, revela-se um mecanismo que, sob a égide da governamentalidade liberal, perpetua e aprofunda desigualdades, fabricando subjetividades e invisibilizando as necessidades de grande parte da força de trabalho brasileira.

A instância política, por meio de seu complexo conjunto de dispositivos regulatórios — com destaque para a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) —, atua como um potente mecanismo de governamentalidade que produz e faz circular uma "verdade" específica sobre o trabalhador brasileiro. Esse arcabouço jurídico não se limita a organizar a força de trabalho, mas opera como um dispositivo de poder que

fabrica subjetividades distintas, privilegiando o trabalhador qualificado e de alta renda enquanto relega o trabalhador braçal e informal a uma proteção precária ou à exclusão total. Simultaneamente, essa mesma instância produz silenciamentos profundos sobre categorias vulneráveis, como os trabalhadores rurais, idosos e pessoas com deficiência, cujas especificidades são frequentemente invisibilizadas no texto legal. Esse discurso hegemônico e seus respectivos silenciamentos não permanecem restritos ao âmbito jurídico-político, sendo reproduzidos e naturalizados por superfícies de circulação social, como no livro *Avenida Brasil 1*, que atua como um suporte para a reiteração dessas identidades laborais e das hierarquias sociais constituídas pelo Estado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossa pesquisa teve como objetivo analisar de que modo o sujeito brasileiro trabalhador é constituído discursivamente em um livro didático de português para estrangeiros, publicado em 2008. Partimos do entendimento de que os livros didáticos são dispositivos discursivos que participam da produção e circulação de determinados saberes sobre o sujeito brasileiro.

Para alcançar nosso objetivo, mobilizamos a perspectiva arqueogenealógica de Michel Foucault, articulando a análise das condições de emergência dos discursos com a investigação das relações de poder que possibilitam a constituição de determinadas formas de subjetividade. A partir dessa abordagem, selecionamos o livro *Novo Avenida Brasil 1*, e observamos, nesse material didático, uma regularidade discursiva sobre o sujeito trabalhador brasileiro que resultou em três séries enunciativas: o sujeito trabalhador de alta renda, o sujeito trabalhador de baixa renda e os trabalhadores silenciados.

A análise dessas séries de enunciados permitiu verificar que o livro didático, além de propor atividades com exemplos de uso da língua portuguesa, também produz e estabiliza determinadas formas de saberes sobre o sujeito brasileiro, estabelecendo um campo de visibilidade para alguns trabalhadores e, simultaneamente, um campo de invisibilidade para outros.

No primeiro eixo analítico, referente ao trabalhador de renda alta, observamos que os enunciados tendem a construir sujeitos associados ao sucesso profissional, à mobilidade social e ao acesso a recursos culturais e simbólicos valorizados. Esses sujeitos são frequentemente representados como jovens, qualificados, inseridos em profissões de prestígio e vinculados a espaços urbanos de circulação econômica e cultural. Nesses casos, o trabalho aparece menos como esforço físico e mais como atividade intelectual, organizacional ou criativa, frequentemente acompanhada de momentos de lazer e mobilidade. Essa série enunciativa produz uma imagem do trabalhador brasileiro alinhada a uma narrativa de modernidade, eficiência e inserção no mercado global.

Já na segunda série, correspondente ao trabalhador de renda baixa, o trabalho é associado ao esforço corporal, à instabilidade econômica e à dependência direta do corpo como instrumento de produção. Os sujeitos que aparecem nessa série são

frequentemente vinculados a atividades que exigem esforço físico ou que se situam em posições menos valorizadas na hierarquia social do trabalho. Ainda que esses sujeitos sejam visíveis no livro, a formação discursiva tende a enfatizar aspectos de resistência, esforço e adaptação às condições de trabalho, revelando uma diferença marcante em relação à forma como os trabalhadores de renda mais alta são discursivizados.

A terceira série enunciativa é formada por trabalhadores silenciados. Trata-se de sujeitos que, embora componham historicamente a base da estrutura produtiva brasileira, como por exemplo os trabalhadores rurais, trabalhadores informais ou outros segmentos marginalizados, aparecem muito pouco ou simplesmente não aparecem no *Novo Avenida Brasil 1*. Esse silenciamento evidencia que o funcionamento discursivo do material didático envolve não apenas processos de enunciação, mas também processos de exclusão e rarefação do discurso.

O livro didático opera como uma tecnologia discursiva que participa da produção de determinadas formas de subjetivação. Ao ensinar a língua portuguesa a estrangeiros, *O Novo Avenida Brasil 1* também ensina modos específicos de ver e compreender o Brasil, instituindo um regime de visibilidade que privilegia determinadas figuras do trabalhador brasileiro em detrimento de outras.

A análise permitiu identificar uma regularidade discursiva importante: o sujeito brasileiro trabalhador apresentado no *Novo Avenida Brasil 1* é majoritariamente jovem, urbano, capacitado, branco e socialmente integrado ao mercado formal de trabalho, o que contribui para a construção de um saber sobre o Brasil e sobre o trabalhador brasileiro. Essa construção não é aleatória, mas se articula a um contexto histórico particular, marcado pelo fortalecimento da imagem internacional do Brasil durante a primeira década do século XXI.

Ao relacionar os enunciados analisados com o contexto político e econômico do período, é possível compreender como o Brasil é projetado internacionalmente como um país emergente, moderno e economicamente promissor. Assim, o sujeito brasileiro trabalhador que emerge no material didático pode ser compreendido como efeito de uma estratégia discursiva mais ampla de construção da imagem nacional, voltada para o público estrangeiro interessado em aprender a língua portuguesa.

O livro didático funciona como um dispositivo discursivo que articula saberes linguísticos, práticas pedagógicas e relações de poder, contribuindo para a produção

de determinadas formas de subjetividade. Ao ensinar a língua portuguesa, o material também ensina modos de perceber o Brasil, seus espaços sociais e seus sujeitos.

Esta pesquisa pretende contribuir para os estudos discursivos ao evidenciar que materiais didáticos de língua estrangeira não apenas transmitem conteúdos linguísticos, mas também participam da produção de saberes sobre os sujeitos que a compõem. Ao mesmo tempo, o estudo reforça a importância de analisar criticamente os discursos presentes nesses materiais, especialmente quando se destinam à circulação internacional da língua e da cultura.

Esperamos que os resultados desta investigação contribuam para o desenvolvimento de novas pesquisas no campo do ensino de português para estrangeiros, especialmente aquelas que se dedicam à análise de materiais didáticos. Investigações futuras poderão ampliar o corpus analisado, incluir outras obras utilizadas no ensino de português como língua estrangeira ou explorar de forma mais aprofundada as relações entre discurso pedagógico, identidade nacional e processos de subjetivação.

Ao problematizar os modos de enunciar o sujeito brasileiro trabalhador no *Novo Avenida Brasil 1*, esta pesquisa busca abrir espaço para reflexões sobre quais sujeitos são autorizados a aparecer nos discursos pedagógicos e quais permanecem à margem do dizível.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA FILHO, José Carlos Paes. *Fundamentos de abordagem e formação no ensino de PLE e de outras línguas*. Campinas: Pontes, 2011.

BARBEIRO, Heródoto. *Início*. Heródoto Barbeiro, 2025. Disponível em: <https://herodoto.com.br/>. Acesso em: 2 maio 2025.

BARROS, Rubens José Ferreira; ANDRADE, Lícia Edna Zellely Matos; FREIRE, Maria Luiza Cardoso. *Projeto aprendendo e construindo*. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, 2., 2004, Belo Horizonte. *Anais [...]*. Belo Horizonte, 2004. Disponível em: <https://www.ufmg.br/congrext/Educa/Educa146.pdf>. Acesso em: 5 maio 2025.

COURTINE, Jean-Jacques. *Decifrar o corpo: pensar com Foucault*. Tradução de Francisco Morás. Petrópolis: Vozes, 2013.

CUTRIM, Ilza Galvão; MARQUES, Maxhemiliano Silva. O materialismo histórico na epistemologia da análise do discurso. *Revista Ribanceira: Revista de Letras da Universidade do Estado do Pará - UEPA*, Belém, v. 3, n. 2, p. 74-84, jul./set. 2017. Disponível em: <https://periodicos.uepa.br/index.php/ribanceira/issue/view/95>. Acesso em: 5 jan 2026.

CRUZ, Mônica da Silva; CUTRIM, Ilza Galvão. O sexo cristão na mídia digital: práticas de governamentalidade e efeitos biopolíticos. *Interfaces*, [S. l.], v. 12, n. 3, p. 220-234, 2021. DOI: <https://doi.org/10.5935/2179-0027.20210058>. Disponível em: <https://doi.org/10.5935/2179-0027.20210058>. Acesso em: 9 mar. 2026.

DELEUZE, Gilles. Post-scriptum sobre as sociedades de controle. In: DELEUZE, Gilles. *Conversações: 1972-1990*. Tradução de Peter Pál Pelbart. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992. p. 219-226.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade 3: o cuidado de si*. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

FOUCAULT, Michel. *Do governo dos vivos*. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 1987.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade 1: a vontade de saber*. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

FOUCAULT, Michel. *Ditos e escritos II: arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

FOUCAULT, Michel. *Ética, sexualidade, política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

FOUCAULT, Michel. Diálogo sobre o poder. In: FOUCAULT, Michel. *Ditos e escritos IV: estratégia, poder, saber*. Tradução de Vera Lúcia Avellar Ribeiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006. p. 253-266.

FOUCAULT, Michel. *Ditos e escritos II: arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008a.

FOUCAULT, Michel. O que são as luzes? In: FOUCAULT, Michel. *Ditos e escritos II: arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento*. Tradução de Elisa Monteiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008b. p. 335-351.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008c.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Hubert L.; RABINOW, Paul. *Michel Foucault: uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009. p. 231-249.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Tradução de Roberto Machado. 26. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2013.

FOUCAULT, Michel. *A sociedade punitiva: curso no Collège de France (1972-1973)*. Tradução de Ivone C. Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2015.

GARCIA, Ana E. Saggiaro. *A internacionalização de empresas brasileiras durante o governo Lula: uma análise crítica da relação entre capital e Estado no Brasil contemporâneo*. 2012. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/20964/20964_1.PDF. Acesso em: 10 jan. 2025.

GREGOLIN, Maria do Rosário; SARGENTINI, Vanice (org.). *Análise do discurso: heranças, métodos e objetos*. São Carlos: Claraluz, 2008.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Império*. Tradução de Berilo Vargas. Rio de Janeiro: Record, 2001.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LIMA, Emma Eberlein O. F. et al. *Novo avenida Brasil: curso básico de português para estrangeiros*. São Paulo: EPU, 2008.

LUNA, José Marcelo Freitas de. A política governamental para o ensino de português a imigrantes alemães no Brasil. *Revista da ANPOLL*, São Paulo, n. 8, p. 59-86, jan./jun. 2000. Disponível em: <https://revistadaanpoll.emnuvens.com.br/revista/article/view/350/359>. Acesso em: 2 fev. 2025.

MARQUES, Maxhemiliano Silva. *De funcionário a servidor, nas tramas dos saberes: práticas discursivas na fabricação do funcionário público estadual maranhense*. 2018.

Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2018. Disponível em: <https://tedebc.ufma.br/jspui/bitstream/tede/2285/2/Maxhemilyano%20Silva.pdf> Acesso em: 12 mar. 2026.

MARTINS, André. Se apps não dão autonomia, devem pagar direitos trabalhistas, diz representante dos entregadores. *Exame*, 1 out. 2025. Disponível em: <https://exame.com/brasil/se-apps-nao-dao-autonomia-devem-pagar-direitos-trabalhistas-diz-representante-dos-entregadores/>. Acesso em: 7 fev. 2026.

MICHELIN, João Fernando Marcusso et al. Precarização das relações de trabalho e informalização. *Economia Ensaios*, Uberlândia, v. 39, n. esp., p. 201-222, abr. 2024. DOI: <https://doi.org/10.14393/REE-v39nesp.abrila2024-73375>. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/economiaensaios/article/view/73375>. Acesso em: 10 fev. 2026.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Comunidades brasileiras no exterior: ano-base 2023*. Brasília: MRE, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/portal-consular/BrasileirosnoExterior2023.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2024.

MORAES, Reginaldo C. *Neoliberalismo: de onde vem, para onde vai?* São Paulo: Senac, 2001.

MOREIRA, L. C. Dal Piva. *Análise do processo de internacionalização universitária entre países emergentes*. 2018. Tese (Doutorado em Estudos Estratégicos) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/182390/001076040.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2024.

OLIVEIRA, Alanna Santos; SILVA, Sandro Pereira. *Trabalhadores em contrato intermitente no Brasil: evolução, cenários e perfil dos contratados pós-reforma trabalhista de 2017*. Brasília: Ipea, 2023. (Texto para discussão, n. 2898). Disponível em: <http://dx.doi.org/10.38116/td2898-port>. Acesso em: 16 fev. 2026.

PACHECO, D. G. L. C. *Português para estrangeiros e os materiais didáticos: um olhar discursivo*. 2006. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <https://oportuguesdobrasil.wordpress.com/wpcontent/uploads/2015/02/pachecodgic.pdf>. Acesso em: 3 jun. 2024.

PASINATTO, Rubiamara. Políticas linguísticas no Brasil. *Domínios de Linguagem*, Uberlândia, v. 13, n. 1, jan./mar. 2019. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/dominiosdelinguagem/article/view/42006/25292>. Acesso em: 26 abr. 2025.

RABINOW, Paul; DREYFUS, Hubert L. *Michel Foucault: uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Tradução de Vera Portocarrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Global, 2014. Disponível em: <https://archive.org/details/o-povo-brasileiro-by-darcy-ribeiro-z-lib.org/page/n479/mode/2up>. Acesso em: 10 dez. 2025.

RIBEIRO, Joaquim A. T. O nacionalismo do governo Vargas entre 1930 e 1945 e a questão das colônias alemãs. *Dia-logos: revista dos alunos da pós-graduação em história*, Rio de Janeiro, ed. especial, p. 24-33, 1999. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/dia-logos/article/view/23211/16552>. Acesso em: 29 abr. 2026

RODRIGUES, Iram Jácome; RAMALHO, José Ricardo; CONCEIÇÃO, Jefferson José da. Relações de trabalho e sindicato no primeiro governo Lula (2003-2006). *Ciência e Cultura*, São Paulo, v. 60, n. 4, 2008. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252008000400023. Acesso em: 5 mar. 2026.

SANTOS, Gabriel Nascimento dos; MASTRELLA-DE-ANDRADE, Mariana Rosa. O ensino de língua inglesa e a identidade de classe social. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, Campinas, v. 55, n. 1, p. 541-563, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tla/a/JRLJhwGxwZ4FPkPFXxww6BR/>. Acesso em: 17 jan. 2026.

SERRANO, Layane. “Minha missão é acabar com a escala 6x1”, diz criador do Movimento VAT. *Exame*, 11 nov. 2024. Disponível em: <https://exame.com/carreira/escala-6x1-movimento-vat-vida-alem-do-trabalho/>. Acesso em: 7 fev. 2026.

SOUSA, Claudemir; CUTRIM, Ilza Galvão. Práticas discursivas e função enunciativa na constituição do sujeito quilombola. *Revista Moara*, Belém, n. 40, p. 46-56, jul./dez. 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/moara/article/view/3284/3151>. Acesso em: 28 abr. 2026.

SOUSA, Claudemir. *Governamentalidade, corpo e imagem: a constituição do sujeito fumante em campanhas antitabagistas nas embalagens de cigarro*. 2015. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/tede/7692/2/arquivototal.pdf>. Acesso em: 7 fev. 2026.

SOUSA, Claudemir. *Discurso, mídia e identidade: uma arqueogenealogia do sujeito quilombola nas páginas do jornal O Estado do Maranhão*. 2020. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2020. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/191978>. Acesso em 20 ago. 2024

SCHUCMAN, Lia Vainer. Sim, nós somos racistas: estudo psicossocial da branquitude paulistana. *Psicologia & Sociedade*, v. 26, n. 1, p. 83-94, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/ZFbbkSv735mbMC5HHCsG3sF/?lang=pt>. Acesso em: 7 fev. 2026.

VALE, Letícia Maciel do; CUTRIM, Ilza Galvão. O dispositivo mulher empresária como prática de objetivação do sujeito. *Revista Letras Raras*, Campina Grande, v. 8, n. 4, p. 156-167, 2019. Disponível em: <https://revistas.editora.ufcg.edu.br/index.php/RLR/article/view/1395>. Acesso em: 10 mar. 2025.

YAMAMOTO, Oswaldo Hajime et al. Quem é o estudante de psicologia do Brasil? *Avaliação Psicológica*, v. 10, n. 3, p. 209-232, 2011. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-04712011000300002 Acesso em: 10 mar. 2025.